

ATA DA 737ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2022.

1) DATA E PRESENÇA

Dia vinte e nove de agosto do ano dois mil e vinte e dois, em segunda convocação, às vinte horas, tendo assinado a lista de presença cento e sessenta Conselheiras e Conselheiros.

2) MESA DIRETORA

Presidente:	Guilherme Domingues de Castro Reis
Vice-Presidente:	Ricardo Luiz Iasi Moura
Primeira Secretária:	Berenice Gazoni
Segunda Secretária “ad hoc”:	Karim Christine Donatelli Di Tommaso Latorre

3) ABERTURA DOS TRABALHOS

Presidente – Declarou instalada a reunião. Em seguida, determinou a execução do Hino do Esporte Clube Pinheiros (letra e música do saudoso Associado Francisco Roberto Pignatari).

- **É executado o Hino do Esporte Clube Pinheiros**

4) EXPEDIENTE SOLENE

Posse de Conselheiros Eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 07/05/2022 e de Suplentes convocados.

Presidente – Convidou para tomar posse as Associadas Monica Cristina Leister Marcelino de Oliveira Pires de Mello e Carina Carrenho Lopes Penha Martinez, Suplentes do Grupo B pelas Chapas Pinheirenses e Pra Frente Pinheiros, respectivamente, mas ambas não compareceram.

5) EXPEDIENTE FORMAL

Presidente – Apresentou ao Plenário as seguintes proposições, que foram desde logo aprovadas: 1) votos de louvor de autoria do Conselheiro Maurício Fanelli de Britto Vianna, aos atletas e técnicos pinheirenses que tão bem representaram o Clube no Campeonato Pan-americano de Esgrima Infantil e Veteranos (Peru - 22 e 26/08/2022), tendo sido medalhistas: Ana Beatriz Fraga (bronze no Sabre 13 anos), Antonella Dinucci (bronze na Espada 11 anos), Octavio Ghilardi (ouro na Espada 11 anos), Pietra Brazolin (prata na Espada 13 anos) e Suzana Pasternak (bronze no Florete Veteranos 1). Além dos atletas foram convocados também: Bernardo

Schwuchow (como técnico da delegação Brasileira) e Carolina Anzolin (como árbitra representando o Brasil). Nossos atletas, elencados a seguir em ordem alfabética, obtiveram os resultados: Ana Beatriz Fraga – Bronze no Sabre 13 anos e 12º lugar no Florete 13 anos, Antonella Dinucci – Bronze na Espada 11 anos e 15º lugar no Florete 11 anos, Eduarda Nascimento – 24º lugar na Espada 11 anos, Fernando Carvalho – 9º lugar no Sabre Pré-veteranos e 8º lugar no Sabre Veteranos 1, Joaquim Pelucio – 16º lugar no Sabre 13 anos, Octavio Ghilardi – Ouro na Espada 11 anos, Olivia Grahl – 24º lugar no Florete 11 anos, Pedro Pascuotti – 5º lugar Florete 13 anos, Pietra Brazolin – Bronze Espada 13 anos, Suzana Pasternak – 6º lugar no Florete Pré-veteranos e Bronze no Florete Veteranos 1, Theo Kadunc – 7º lugar na Espada 9 anos e 10º lugar no Florete 9 anos e Valentina Basso – 5º lugar no Florete 13 anos e 9º lugar na Espada 13 anos. Voto no mesmo sentido foi formulado pelo Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa aos mesmos atletas; 2) voto de louvor formulado pelo Conselheiro André Guena Reali Fragoso, ao associado Eduardo Carraresi, pela sua participação como atleta da seleção brasileira de Polo Aquático no Campeonato Mundial da categoria Sub 16 (Grécia - 23 a 28/08/2022). O Brasil conquistou a medalha de bronze na série ouro a qual corresponde a 11ª colocação geral da competição; 3) votos de louvor de iniciativa do Conselheiro Rodolfo José Sanchez Serine, aos Pinheirenses medalhistas na Esgrima, a saber: Pan-Americano de Lima - Infantil: Octavio Ghilardi — ouro — espada, Pietra Brazolin — prata — espada, Ana Beatriz Fraga — bronze — sabre e Antonella Dinucci — bronze — espada; Veteranos: Suzana Pasternak — bronze — florete; Campeonato Paulista (23 medalhas): Espada masculina juvenil: Leandro Seini — ouro, Matheus Brandt — prata, Rafael Mangiaterra e Maurício Pellegrino — bronze; Espada feminina juvenil - Clara Amaral — bronze; Florete masculino juvenil — Felipe Galleazzi — bronze; Florete feminino juvenil — Gabriella Vianna — prata; Sabre masculino juvenil — Matheus Becker — prata; Sabre feminino juvenil - Luana Pekelman — ouro e Isabela Chen — bronze; Espada masculina cadete - Matheus Brandt — prata e André Mura — bronze; Espada feminina cadete — Pietra Brazolin — bronze; Florete masculino cadete - Guilherme Vianna — ouro, André Mura — prata e Luiz Foschini — bronze; Florete feminino cadete - Valentina Basso — ouro, Stella Frias — prata e Júlia Grahl e Marina Pasqualetti — bronze; Sabre masculino cadete — Dylan Ikuno — prata; Sabre feminino cadete - Isabela Chen — ouro e Ana Beatriz Fraga — bronze; 4) voto de louvor proposto pelo Conselheiro Carlos Roberto Sá de Miranda Bório ao “Grupo de Teatro”, pelo brilhante trabalho executado junto aos associados, a saber: aos Diretores Teatrais Luiz Sorrentino, Carlos Mira, Ednaldo Freire, Francisco Taglianetti, Henrique Pessoa, Maria Siqueira, Carlos Eduardo Carneiro Filho, Edson Gon, à Diretora Adjunta de Teatro Ana Beatriz de Oliveira Pavan, ao Assessor Teatral Wellington Gloeden Soares e à Diretora Executiva Cultural Vera Maria Patriani Marinho Gozzo. Indagado, o Sr. Presidente informou ao Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa que havia lhe comunicado por escrito que na reunião anterior fora consignado voto de louvor ao atleta Alisson dos Santos, Medalha de Ouro nos 400 metros com barreiras, no Campeonato Mundial de Atletismo.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Propôs voto de louvor ao Conselheiro Bruno Adami Serine, filho da Conselheira Ana Paula Adami Serine, Diretora de Área de Comunicação e do Conselheiro Rodolfo José Sanchez Serine, que foi homenageado pela Universidade de São Paulo, a Escola Politécnica, como empreendedor politécnico do ano, pois fundou um aplicativo de relacionamentos para universitários, chamado “Umatch”. Aprovado.

Karim Christine Donatelli Di Tommaso Latorre – Propôs votos de louvor a Consultora de Diversidade e Inclusão, Dra. Patrícia Tommasini de Souza Coelho, com André Silva Minoli e Clarissa Meyer, Assessores de Inclusão e a participação dos associados Fernanda Gurian, Carolina Videira, Mauro Barbosa da Diretoria do RH do Shopping Center Iguatemi e Vivian Brogi, promoveram uma roda de conversa no recinto do Clube, no dia 27 de agosto, sob o tema Superando Barreiras e Ressignificando a Deficiência. Convidou as Conselheiras e os Conselheiros a auxiliarem os pais dos associados com deficiência, assim como seus filhos. Votos aprovados.

Primeira Secretária – Comunicou o recebimento de carta da Diretoria, informando a exoneração de Conselheiros dos respectivos cargos diretivos, tendo sido os mesmos reintegrados ao Conselho; e, que, em razão das alterações havidas, ficou a Diretoria assim constituída: Diretoria Área Administrativa - João Luís Gagliardi Palermo; Diretoria de Área Jurídica - José Luiz Toloza Oliveira Costa; Diretoria de Área Financeira - Gervásio Angelo Teixeira; Diretoria de Área Cultural e Diretoria de Área Social - Vera Maria Patriani Marinho Gozzo; Diretoria de Área de Comunicação - Ana Paula Adami Serine; Diretoria de Área de Marketing - Roque Antonio Horta de Ferreira Mendes; Diretoria de Área de Operações - Dante Boccuto Junior; Diretoria de Área de Esportes Coletivos e Diretoria de Área de Relações Sociais - Fábio Prado Ferraro; Diretoria de Área de Esportes Individuais e Aquáticos - Marcos Macedo Maynard Araújo; e, Diretoria de Área de Relações Esportivas e Assessoria de Planejamento - Ney Roberto Caminha David.

Presidente – Leu a carta da Presidência da Diretoria nº DI 533/2022, de 26/08/2022, tratando do IPTU - Isenção, Ação Anulatória 2017 a 2021, nos seguintes termos: “Sr. Presidente, é com grande satisfação que comunicamos o trânsito em julgado, de 17 de agosto de 2022, da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, reconhecendo a isenção de IPTU do Clube para os exercícios de 2017 a 2021, cancelando as notificações e lançamento do período as quais resultaram no valor de R\$88.021.753,30. Essa decisão é muito relevante, pois vincula aplicação automática da isenção para o exercício seguinte, nos termos do Art. 18ª da Lei 6.989/66.” Prosseguindo, informou que nos próximos dias as Conselheiras e os Conselheiros receberão uma pesquisa, para opinar sobre o Jantar de Encerramento do Conselho Deliberativo no final do ano. Finalmente, comunicou que a exemplo do que vem ocorrendo nas últimas reuniões, nas votações desta reunião seria utilizado o teclado numérico distribuído na entrada da reunião.

6) ORDEM DO DIA

Item 1 – Apreciação da Ata da 736ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 15 de agosto de 2022.

Presidente – Comunicou que devido ao curto espaço de tempo entre uma reunião e outra, não foi possível elaborar o resumo da Ata da última sessão. Portanto, as Atas da reunião anterior e desta serão apreciadas em setembro.

Felipe de Andrea Gomes (pela ordem) – Considerando o que fora discutido na reunião passada, nos itens Várias e “A Voz do Conselheiro”, propôs inversão da Ordem do Dia, para que estes dois itens fossem antecipados.

Presidente – Colocou a proposta em votação.

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam o requerimento formulado por Conselheiro em plenário, no sentido de que os itens A Voz do Conselheiro e Várias sejam apreciados antes do item 2 da Ordem do Dia?

Resultado: 45 votos SIM, 77 votos NÃO e 1 abstenção, tendo sido rejeitada a proposta.

Item 2 - Apreciação do processo CD-19/2022, referente ao pedido formulado pela Diretoria, de autorização do Conselho Deliberativo para utilizar recursos do Fundo Especial no valor R\$3.224.187,80, para adequações de acessibilidade, seguindo a Norma de Acessibilidade NBR 9050 – Projeto de Acessibilidade do Setor 1 ao Setor 4.

Presidente – Fez um breve relatório do processado, destacando que todas as Comissões ouvidas entenderam estar a matéria apta a ser deliberada pelo Conselho Deliberativo. Prosseguiu, destacando que “Em seu parecer, fls. 46 a 66, a Comissão de Obras formulou uma proposta, que no momento oportuno será submetida à votação com preferência, nos termos do Art. 44, parágrafo 2º, alínea “a” de nosso Regimento Interno, no sentido de que inicialmente a Diretoria seja autorizada a utilizar a verba do Fundo Especial, no valor de R\$2.038.587,80, correspondente às despesas com todos os itens da planilha de custos apresentada, excluídos os de números 13.2, 13.3, 13.4, 14.1, 15.1 e 16.1. A Comissão Financeira formulou recomendação no seguinte sentido: especial atenção na inspeção dos materiais quando de sua recepção, previamente a sua instalação e pagamento. Já houve casos no Clube não apenas de recepção de material em desacordo com o especificado, mas também do pagamento e instalação do mesmo. Essa recomendação, especificamente no item de material de comunicação pelo método Braille, reveste-se de importância ainda maior, por envolver diretamente o conforto, a independência e a segurança de Associados. Ao abrir a discussão, primeiramente concedeu a palavra ao Presidente da Comissão de Obras,

Conselheiro Flávio Henrique Rosa Tatit, que havia lhe pedido para tecer alguns esclarecimentos ao Plenário.

Durante a discussão os oradores assim se manifestaram:

Flavio Henrique Rosa Tatit – ... Como já foi comentado, como vocês têm conhecimento, neste item a Diretoria está solicitando que o Conselho autorize a execução de serviço no valor estimado de R\$3.224.187,80, para a utilização do Fundo Especial para adequações de acessibilidade no Clube. Para justificar esse valor, a Diretoria apresentou uma planilha de estimativa de custos com 16 itens. É bom vocês saberem também que para efeito de setorização dos serviços de acessibilidade, a Diretoria dividiu o Clube em 9 setores. Esses serviços são importantes, são necessários tendo em vista inquérito civil que foi instalado em 2013 em razão de uma denúncia de uma frequentadora do Clube. Então, a Comissão de Obras fez uma proposta no sentido de que hoje seja aprovado apenas o valor de R\$2.038.587,80, que representa 63% do valor total solicitado pela Diretoria. Para maior esclarecimento a vocês, vou apresentar uma planilha para mostrar como chegamos a esse valor.

- Projeção da planilha.

Flavio Henrique Rosa Tatit – Nessa planilha nós temos 16 itens, são os 16 itens que estão na planilha da estimativa de custos que a Diretoria passou. Vocês estão percebendo aí que nos itens 1, 2, 3 e 4 é apenas para sinalização tátil de piso. Se você somar os valores que estão indicados nos quatro itens é o valor de R\$238.346,40. Descendo um pouco mais, no 2º item se refere à execução de corrimão em inox, com duas alturas, o valor total, se somarem com os itens 5, 6, 7 e 8 vai dar o total de R\$897.519,00. O item 9, execução de fita sinalizadora, que é uma fita que seria colocada nos degraus nos setores 1 ao 4, R\$250.000,00. O item 10 são algumas obras acessíveis, serão colocados sanitários, barras inox, torneira com acionamento em alavanca, etc., no total de R\$179.872,40. Esse serviço será feito nos setores 1 ao 4. A mesma coisa, bebedouros, também dos setores 1 ao 4, está sendo estimada a compra, fornecimento, instalação de 50 bebedouros acessíveis, total de R\$156.700,00. E, também, o Clube ainda têm umas maçanetas antigas, aquelas maçanetas com alavanca, maçaneta sem alavanca, hoje em dia praticidade todas as portas têm de ter maçaneta com alavanca. Então, está sendo estimada a quantidade de 50 portas, no total de R\$25.150,00. Então, por enquanto, esses 12 itens que comentamos agora nós somos a favor de ser autorizado agora, porque são serviços que não dependem de execução de nenhum projeto. Por exemplo, corrimão, o Patrimônio já fez o projeto executivo de como vão ser esses corrimões. Piso tátil também já está definido o tipo de piso e a localização do piso. Nos elementos que o Conselho recebeu isso está indicado, para todas as dependências desses setores 1, 2, 3 e 4 aonde vai ser colocado piso tátil, o corrimão, e assim por diante. Então, esses serviços dos itens 1 ao 12 podemos autorizar hoje, que não tem necessidade de fazer nenhum projeto. O total desses serviços que vocês estão vendo aí, do 1 ao 12, se vocês somarem vai dar o valor de R\$1.755.587,00. Agora, descendo um pouco, o item 13 é

comunicação em Braille. O que quer dizer comunicação em Braille? Todas as placas de comunicação visual que há no Clube, não é só dos setores 1 ao 4, nessa planilha está indicado todo o Clube, ou seja, nos nove setores, todas as placas vão ter que ser movidas e ter sido colocada com Braille. Ou seja, não é só mudar a placa, que têm placas que estão no meio do canteiro, tem que colocar próximo à calçada para a pessoa com o tato conseguir ler o que está na placa. Só que esse serviço a gente não pode começar agora, primeiro tem que contratar uma empresa para fazer o projeto. E se vocês pegarem a planilha que nós recebemos, no item 13.1 está sendo previsto o total de R\$150.000,00 para fazer o projeto. Então, primeiro, a própria Diretoria, como não tem esse projeto, como que ela estimou esse valor que vocês estão vendo aqui. Se vocês pegarem o item 13.2: Confecção de placas externas, R\$400.000,00, é um valor alto. Confecção de placas internas, R\$300.000,00. Instalação de placas e totens, R\$200.000,00. A Diretoria chamou quatro empresas e pediu para identificarem o que entendiam como sendo necessário para atender acessibilidade no sentido de trocar essas placas com Braille. Em função desses três orçamentos que a Diretoria pediu, ela estimou esses valores que vocês estão vendo aqui. Mas a recomendação da Comissão de Obras é que primeiro a Diretoria seja autorizada agora, nós devemos autorizar para ela gastar R\$150.000,00 para fazer o projeto. Depois que fizer o projeto disso, ela volta no Plenário, validando ou não esse valores que estão aqui. Então, esses valores de R\$400 mil, R\$300, R\$200 pode ser que aumente, pode ser que diminua. Mas hoje, como estão sendo muito estimados porque não temos um projeto, nem o anteprojeto para estimar esses valores. Isso vale também para o item 14: Plataforma acessível no teatro. Vale também para o item 15: Plataforma acessível no bar do futebol. E vale também para o item 16: Instalação do elevador acessível no antigo prédio do Fitness. Então, por exemplo, está sendo previsto, vamos pegar o item 16: Fornecimento e instalação do elevador, vocês estão vendo aí, está sendo estimado o valor de R\$135.600,00 para instalação do elevador, só que para isso nós só vamos poder confirmar o valor depois que fizer o projeto executivo estrutural que vai ser necessário. O Patrimônio estimou em R\$20.000,00; R\$12.000,00 para o calculista analisar o projeto executivo e mais R\$15.000,00 para fazer o projeto de instalações. Então, a nossa proposta da Comissão de Obras é que todos os serviços que envolvem projetos, ou seja, são os itens que estão indicados em amarelo aí. Vou ler para vocês: item 13.2 que depende de projeto, 13.3; 13.4; 14.2; 14.3; 14.4 vamos dizer assim, são serviços que dependem do projeto. Então, primeiro nós estamos propondo o seguinte, vamos autorizar a Diretoria a fazer o projeto no total de R\$291.000,00, mais aqueles serviços dos itens 1 ao 12. E quando a Diretoria tiver mais embasamento para nos trazer, então, a Comissão de Obras está propondo que para ser evitadas possíveis discrepâncias significativas nos valores apresentados a autorização para esses serviços ocorra apenas após execução dos respectivos projetos, coletando os valores agora apresentados pela Diretoria serão confirmados ou não. Então, isso foi só para vocês entenderem qual o motivo da nossa proposta. Nós somos muito a favor, os serviços de acessibilidade são muito necessários, o Ministério Público está no nosso pé, porém, a única coisa que estamos propondo é isso, primeiro, faz alguns serviços, que a Diretoria nem pode, o Conselho aprovando hoje não pode fazer,

primeiro tem que fazer o projeto. Então, primeiro fazer o projeto, depois volta para o nosso Conselho. Ou seja, praticamente não estamos atrasando quase nada. Assim que a Diretoria tenha o projeto, ela vai validar ou não esses preços que ela estimou agora. É isso que queria explicar para vocês.

Antonio Moreno Neto (aparte) – É um aparte e uma pergunta que quero fazer, porque é lógico que a Diretoria vai fazer o projeto, certo?

Flavio Henrique Rosa Tatit – Certo.

Antonio Moreno Neto – E aí está uma previsão. Mas independentemente disso, a pergunta que quero fazer, é que existe um inquérito civil e pelo que nos informamos, foi na época do Cappellano.

Flavio Henrique Rosa Tatit – Eu falei, foi 2013.

Antonio Moreno Neto – Processo 1.251/2013, pelo que nos informaram teve um TAC.

Flavio Henrique Rosa Tatit – Não teve TAC, teve inquérito civil só, te informaram errado, é o inquérito civil, não teve TAC ainda.

Antonio Moreno Neto – Ah, não teve TAC?

Flavio Henrique Rosa Tatit – Não teve TAC, inquérito civil só.

- **Manifestação de Conselheiros no plenário: Teve TAC sim.**

Antonio Moreno Neto – Teve TAC sim.

Flavio Henrique Rosa Tatit – Estou lendo aqui o que recebi.

Antonio Moreno Neto – Aí não é a Comissão de Obras que precisa responder, é a Comissão Jurídica.

José Manssur (fora do microfone) – Sr. Presidente, solicito que o Presidente da Diretoria esclareça se houve ou não o TAC.

Flavio Henrique Rosa Tatit – Estou lendo aqui uma correspondência que recebemos do escritório que está cuidando disso para o Clube, Escudero & Ziebarth, fala apenas do inquérito civil, não fala no TAC.

Roberto Cappellano – Então, precisa corrigir.

Flavio Henrique Rosa Tatit – Então, eles têm de ser avisados para corrigir, que não estava sabendo disso.

Roberto Cappellano (aparte) – O Clube começou em 2013. Aí 2018, para o final da minha gestão a gente assinou sim, inclusive fui falar com o Promotor algumas vezes; o Heitor Tonissi também foi e o Clube se comprometeu a fazer uma série de implementos.

- Manifestação de Conselheiro no plenário: Trocou o Promotor.

Roberto Cappellano – Depois trocou o Promotor, é lógico, e o Clube fez um cronograma – Acho que o Danilo também lembra, na época o Eric que estava. O Eric lembra bem – e o Clube ia fazendo aos poucos, porque também não tem a verba disponível para enfiar tudo de uma vez. E atendendo para evitar qualquer tipo de multa. Isso que foi feito pelo Clube e é isso que está acontecendo.

Flavio Henrique Rosa Tatit – Vou ler para vocês o que está no documento que o escritório Escudero & Ziebarth nos mandou: Atualmente o atual Promotor está pedindo que a cada três meses o Clube apresente um cronograma, um relatório do que vai fazer. Caso os relatórios trimestrais enviados ao Ministério Público não reflitam avanço satisfatório nas obras de adaptação, o pacto poderá encerrar o inquérito civil e apresentar uma ação civil pública, na qual pode ter deslizes imprevisíveis. É isso que ele fala.

Roberto Cappellano – Eles podem tudo, podem fazer o que quiser, o Clube tem feito e acredito que esteja sendo feito nessa sequência para ir atendendo e evitar que tenha ação civil pública. Então, tem que ir atendendo. Até para entrar no mérito, vou te fazer uma pergunta, acho assim, para botar uma plataforma, para botar uma coisa você quer exigir que faça um projeto antecipado...

Flavio Henrique Rosa Tatit – Eu não estou exigindo nada.

Roberto Cappellano – Mas já está pedindo para aprovar menos...

Flavio Henrique Rosa Tatit – Eu não estou exigindo nada, o próprio Departamento de Patrimônio colocou esses itens na relação de itens, então, está propondo primeiro fazer. Vamos supor, eu não fui ver no local, o principal item que tem em termos de valor é instalação dessa plataforma, não fui ver no local. E se de repente na hora que chama o calculista, tem que fazer algum reforço e não dá, não sei. Ou seja, quero dizer o seguinte, Cappellano, você é engenheiro civil e sabe, se amanhã o Clube quiser fazer a licitação dessa plataforma não pode, não tem projeto elétrico. É coisa simples, tanto é que o valor é pititico, R\$20.000,00.

Roberto Cappellano – Vim só falar do inquérito civil e do TAC. Agora, um conselho que dou, acho que os valores são tão irrelevantes, Tatit, você está com um preciosismo exagerado.

Flavio Henrique Rosa Tatit – Não.

Roberto Cappellano – A minha visão, só estou colocando. Um preciosismo exagerado em coisas tão simples que o Clube precisa fazer. Se você estivesse falando que é uma obra tipo o Tênis, que precisa ter um projeto. Agora, para fazer uma plataforma, se precisar um reforço estrutural que você bate meia dúzia... meia dúzia de estaca e não gasta R\$30.000,00, desculpa.

Flavio Henrique Rosa Tatit – Você tem razão, concordo com você, o seguinte, nessa parte de plataforma e do elevador você tem razão, o valor não é representativo. Mas já nos itens 13.2, 13.3 e 13.4, que são R\$700.000,00, o valor é muito alto. Então, está sendo estimado sem ter projeto R\$400.000,00 para confecção de placas externas. Não sei quantas placas são, não sei o tamanho da placa, não sei nada. Então, é um valor, está muito, então, a proposta é essa, que...

Antonio Moreno Neto (em aparte) – Me permita, Presidente, eu não tinha terminado. Na realidade tecnicamente você tem todos os fundamentos para propor uma recomendação, porque isso é um ato de gestão. E o ato de gestão é da Diretoria. Vim aqui falar pelo seguinte, Presidente, eu tenho preocupação com esse inquérito civil, porque como o ex-Presidente Cappellano falou, a gente a cabeça deles e nós estamos sujeitos à multa, tudo. Em última hipótese fechamento do Clube. Então, nós temos que ter muito cuidado com isso.

Flavio Henrique Rosa Tatit – Concordo.

Antonio Moreno Neto – É só isso que queria colocar, independentemente da parte técnica, eu acho que nós temos que dar andamento e, repito, é um ato de gestão. Obrigado.

Presidente – Conselheiro Toni Moreno, vamos ouvir o Presidente da Diretoria, que solicitou para prestar esclarecimentos.

Roberto Cappellano – Só corrigir aqui, Dr. Guilherme, estava falando com o Dr. Eric: 2018 a Promotora propôs um TAC para o Clube, que a gente preparou para assinar e conseguiu. Trocou o Promotor e ele voltou atrás, ou seja, melhorou para o Clube, ele ainda não fez o TAC que estava pronto e ainda está na época do inquérito civil. Ou seja, a gente ainda ganhou um tempo a mais para fazer, então, quanto mais a gente atender, Tatit, corrigindo aí a informação equivocada, as recomendações e apresentando a cada três meses, que é a melhor coisa para o Clube, porque depende da gente, não é imposto, a gente que faz a nossa gestão e o nosso dinheiro, vai atendendo. Só para finalizar minha fala, isso não é um motivo de celeuma aqui no Clube, acho que o negócio tem que atender, vamos atender, bola para frente, só tem melhoria, não tem que ficar, na minha visão, criando pequenos problemas. Na minha visão, esse seu preciosismo de projeto podemos ter para outras obras de maior monta, que não foi tida algumas vezes. Mas para fazer uma plataforma, você está com problema com relação às placas, tudo bem. Agora o resto, Tatit, sei lá.

Flavio Henrique Rosa Tatit – Concordo com você, o objetivo da Comissão, nós tínhamos de dar um parecer, eu não queria que depois nós fôssemos questionados: Vocês não viram? Como chegaram à conclusão que esses R\$700 mil são pouco ou muito? Não sei, não tem projeto, então, a nossa função é fazer uma proposta, se será aceita ou não, o Plenário resolve. Outra coisa importante, eu concordo com a urgência de tudo isso, sabe quando foi feito esse parecer da Comissão de Obras? Há dois meses. Quanto tempo vai perder para fazer isso que falei, um mês, três semanas?

Roberto Cappellano – Aí já é outra história. Só acho importante, o pessoal que está querendo manifestar-se...

- Manifestação de Conselheiro no debate: Não pode haver debate.

Roberto Cappellano – Então, vou me inscrever e falo. Quando o Clube for multado, tiver algum problema, que também vem aqui: Pô, por que postergou para fazer um negócio tão simples? Só isso.

Flavio Henrique Rosa Tatit – No parecer final da Comissão de Obras nós falamos que o assunto tem que ser resolvido logo mesmo. Ou seja, a Diretoria teria que contratar o quanto antes, fazer o projeto, votar o quanto antes, tudo isso, não pode ficar ensebando mesmo.

José Marlon Salvador Barroso (aparte) – ... Só uma questão de encaminhamento. Eu proporia para você considerar aí e retirar a sugestão que falou de reverter o valor, porque o fato é o seguinte, aprovada a verba, fica o compromisso da Diretoria de apresentar os projetos em tempo hábil. E a licitação, é regulamento de Estatuto, então, acho que isso não é um grande problema, acho que a gente consegue fazer aprovação do que está solicitado e vamos discutir os projetos pontualmente, que a Comissão de Obras é zelosa em relação a isso. O que não acho é que a Comissão de Obras tem que propor, interferindo inclusive num ato de gestão, no sentido de: Olha, agora fazemos isso, agora fazemos aquilo. Acho que, sim, vamos fiscalizar os projetos, que é tarefa da Comissão, consultivamente, e vamos avançar que o processo é importante.

Flavio Henrique Rosa Tatit – Eu entendo assim, a Comissão de Obras, aquilo que achou que eventualmente não se sinta confortável, ela tem que falar. O Plenário é soberano, posso deixar essa proposta e o Plenário fala: Não, não concordo com isso por todos esses motivos. Ou seja, da minha parte pode até tirar, mas têm outros Membros da Comissão, não sei se todos estão de acordo. Põe no Plenário, não está de acordo, então, está bom.

José Marlon Salvador Barroso – É que eu acho que o papel consultivo...

Cândido Padin Neto (aparte) – ... Você falou e corretamente, está dando uma aula à Diretoria de profissionalismo. Então, nós Conselheiros o agradecemos de tomar

essa atitude e mostrar como se faz... Gostaria, só que não vi com relação à acessibilidade, os acessos, o número, não nos veio um caderno. Nós nos ativemos muito ao que você colocou, porque anexo nenhum que a Diretoria colocou nós vimos alguma coisa, não temos esse TAC que falaram e não sabemos nem o número de cegos que tem no Clube, para sabermos exatamente o que tem que ser feito nessa acessibilidade. Eu não sei se você tem esse número. Eu te agradeço.

Flavio Henrique Rosa Tatit – Eu não tenho esse número, apenas retificando o que você falou, o Conselho mandou no link que nos foi disponibilizado uma planilha com todos esses serviços. E se você ler, no parecer da Comissão de Obras nós colocamos as explicações como esse órgão pediu para o escritório jurídico que está cuidando disso, para a gente entender também a importância ou não disso. E percebemos, como o Cappellano comentou, é coisa muito importante mesmo, não podemos ficar postergando isso. Ou seja, a Diretoria tem que fazer o quanto antes esses projetos, em nossa opinião mandar o quanto antes ao Conselho. Mas também é aquilo que foi falado, é gestão? É gestão, pode ser que o Conselho...

Cândido Padin Neto – Porque no projeto, se contratar empresa, ela vai saber com esses números o que fazer, o tamanho, é assim que funciona.

Luiz Carlos Augusto Meza (aparte) – Gostaria, já que o senhor é da Comissão de Obras, que me desse só uma ideia nesses itens que o senhor enumerou em amarelo, se existe uma discrepância muito grande do valor apresentado pela Diretoria como uma ideia de custo desses projetos ou não, qual é a sua opinião sobre isso?

Flavio Henrique Rosa Tatit – Precisa entender o seguinte, o item que pesa bastante é refazer toda comunicação visual do Clube, todas as placas que têm no Clube, todos os setores, do 1 ao 9, todas as placas vão ter que ter Braille. E para isso o Clube vai contratar uma empresa especialista em acessibilidade para definir o tamanho da placa, quantidade, aonde vai ser colocado, para depois o Clube poder estimar o valor. É isso que estamos querendo. Primeiramente, contrata essa empresa no valor que está sendo estimado de R\$150.000,00, o Patrimônio estimou R\$150.000,00. E depois a Diretoria iria confirmar ou não, fazer as placas externas que está estimando R\$400.000,00, placas externas com Braille; R\$300.000,00 placas internas e a instalação dessas placas R\$200.000,00. Quero que entenda o seguinte, esses valores, a Comissão de Obras foi analisar a planilha e percebeu que não tinha projeto nenhum, não tinha nem o anteprojeto. Como nós vamos validar esse valor? Não vamos validar sem ter isso, por isso fizemos a proposta. ... Muito obrigado.

Presidente – Obrigado. O Presidente havia solicitado para falar ao Plenário, por favor, Presidente.

Presidente da Diretoria, Ivan Gilberto Castaldi Filho - ... Primeiro, dizendo com relação à entrada desse projeto para votação aqui dos senhores levou três meses.

Querem tirar, fica mais outro tanto. Temos somente mais duas reuniões possíveis de serem votadas, porque a última do mês, em novembro é previsão orçamentária. Então, é questão de tempo. Eu acho que se tem alguma divergência de valor que as licitações apresentem e qualquer um poderá verificar. Se querem postergar, o que vamos fazer. Nós vamos mostrar aqui no quadro aquilo que foi apresentado para o atual Ministério Público das alterações que seriam feitas e aí os senhores deliberam. Aquilo está lá, se não querem aprovar, paciência, estou aqui fazendo meu papel como Presidente.

Flavio Henrique Rosa Tatit – Apenas complementar o seguinte, ninguém está dizendo que o valor está correto, errado, não temos condições de dizer se está certo ou não. Não tem projeto, não sei se é muito ou pouco, só isso que quero que você entenda, nós não estamos dizendo que está errado. Se tivesse iria falar, eu não sei se está certo ou errado.

Presidente da Diretoria, Ivan Gilberto Castaldi Filho – Um minutinho, eu não me lembro de ter dado aparte, também não pedi no momento, como não poderia. Agora, ou eu falo e vocês ouvem e votam; como quiserem. Eu faço o meu papel de Presidente.

- **Projeção.**

Presidente da Diretoria, Ivan Gilberto Castaldi Filho – O que estamos votando é acessibilidade dos setores 1 ao 4. Estou aqui repetindo, porque todos os Conselheiros receberam o link e poucos abriram. E a gente ouvi aqui que não foi recebido aquilo que está sendo projetado hoje. O saldo do Fundo Especial de Investimento, conforme o RAM é de R\$65.000.000,00, dentre os quais temos em caixa R\$52.000.000,00, quer dizer, essa diferença perto de R\$12.000.000,00 é de créditos a receber de parcelas dos editais. Então, recursos não é o problema. Próximo. Com relação ao histórico, em 2013 recebemos a primeira denúncia. Depois, em 19 de junho de 2020, já com uma nova Promotora, foi feita uma proposta de 30 anos, seria um tipo de TAC que não chegou a ser assinado. Então, seria de 2020 a 2050 para realizar todas as obras necessárias no Clube. Depois um novo Promotor, isso já em 2021. Em 22 ele aceitou que fossem feitas ações trimestrais, fossem levadas a ele para que pudesse acompanhar aquilo que estava sendo feito. Então, veja, setores 1 ao 4, temos um total de 9 setores. Esses setores 1 ao 4 correspondem a 60% das ações a serem feitas, não é a maior área, mas é onde mais ações serão contratadas. O custo está lá. Outro slide, por favor. Aqui nós temos os setores 1, 2, 3, 4 e veja os outros setores, 5, 6, 7, 8, 9 serão vistos em 2023. Esses são os desenhos, não sei se alguém tem alguma dúvida, por favor. (Pausa) Pode seguir. Aqui o que foi apresentado no mês de maio no Ministério Público, são essas ações. Essas ações, apesar de não aprovadas aqui no Conselho, foram feitas com mão de obra própria, isso está parado. Isso foi levado lá, se os senhores brecaem aqui, eu não sei se isso irá para conhecimento do Ministério Público. Quer dizer, aquilo que foi dito que faríamos, vamos esperar mais um tempo, não sei qual é o raciocínio que o Promotor atual poderá ter com relação a

isso. Tivemos essa última reunião no dia 23/8, lembrando, esse desenho todo foi em maio, três meses anteriores ao mês 8 e a próxima reunião será em novembro de 22. Aqui está aquilo que foi pedido inicialmente. Ali nós podemos ver que lá em cima é a utilização do Fundo Especial para o piso intertravado, de R\$847.000,00, isso deu uma brechada porque a mão de obra contratada para isso está nos ajudando lá na obra do Tênis. Esses recursos nós ainda temos para continuar aquilo que foi proposto. O elevador da Sede Social deverá ficar pronto agora no final desta semana. E aquele outro valor é o elevador aqui do CCR. São obras que ainda não se iniciaram. Aí vemos a parte debaixo, é aquilo que estamos pedindo hoje dos setores 1 ao 4, no valor de R\$3.200.000,00. Pode mudar. Aqui temos a curva ABC, aí está colocando só a curva AB, vemos que a C é a parte mais barata, para quem não entende de engenharia, sou um. Na curva A são os custos maiores; a curva B os projetos, elevadores e plataformas, corrimão. E a curva C são as coisas menores. Esses são os valores. Pode seguir. Isso é aquilo que está sendo feito. Pode mudar. Aqui o elevador da Sede, entregamos agora no final de semana, desculpe-me a demora, mas quando um elevador é reformado, a demora da entrega é superior a de um elevador novo. Outro. Aqui é comunicação em Braille, aquilo que foi tão discutido aqui, o custo é alto. O total geral nós vemos no quadro de cima, R\$3.200.000,00. Esse valor de R\$1.050.000,00, o custo maior é a confecção das placas em Braille; temos também R\$150.000,00 de projeto – Não estou conseguindo ler nem de óculos nem sem – Aí os senhores podem ver, se alguém tiver alguma dúvida a gente tenta esclarecer. Outro. Acabou. Está nas mãos dos senhores, o que aconteceu é que levamos três meses para isso vir à pauta, se quiserem segurar, isso ainda não irá este ano, será somente no ano que vem, porque não temos mais reunião para fazermos esses projetos. E mais, quem vai continuar isso provavelmente deva ser o próximo Presidente. Eu faço minha obrigação de trazer aquilo e mostrar os problemas que temos com relação à acessibilidade. Fica a critério dos senhores. Diria àqueles que gostam muito de bater palma, podem acompanhar, façam parte dos processos licitatórios, se houver algum erro, por favor, apontem. É só isso que posso dizer. Obrigado.

Alberto Sansiviero Junior – ... Queria iniciar, manifestando meu descontentamento pessoal com a forma como nós recebemos e como foi apresentada essa solicitação de autorização do Conselho Deliberativo para utilização dos recursos voltados à adequação de acessibilidade do Clube. É decepcionante para mim, acho que como para todos os sócios saber que há quase 10 anos fomos convidados pelo Ministério Público para avaliar e adequar acessibilidade das nossas instalações e que até hoje nós não realizamos itens que me parecem básicos nesse processo. Além disso, eu tomei o cuidado de ler toda informação que foi disponibilizada – E acredito que a grande maioria dos Conselheiros aqui faz o mesmo quando recebem as informações – e não foi compartilhado conosco algo que possa ser, em minha concepção, denominado como um projeto de acessibilidade, o que acredito ser de fundamental importância para nós, para todos os nossos sócios e para o nosso ambiente. Falamos aqui já de inclusão hoje, eu acho que esse é um tema que é fundamental para nossa comunidade como um todo. Nesse sentido, quer dizer, quero

aproveitar essa oportunidade para sugerir que a nossa Diretoria, caso ainda não tenha feito, imagino que já tenha, busque o apoio de uma empresa especializada para fazer uma avaliação abrangente da situação e preparação de um projeto de inclusão de acessibilidade, que mereça essa denominação. O que estamos vendo aqui são projetos executivos acho que para resolver a questão que temos com o Ministério Público, que são muito importantes, que temos que avaliar e considerar a execução. Acho que é fundamental que nós todos, especialmente a nossa gestão se debruce sobre esse tema e que a gente aja proativamente, não reativamente, com demora, como parece ser o caso aqui. Quer dizer, para mim parece que seja fundamental que a gente pense o nosso espaço democraticamente, de forma igualitária, para conforto de todos os nossos mais de 39 mil sócios e naturalmente nos antecipando às potenciais demandas do Ministério Público. Acho que no que diz respeito aos valores, quer dizer, assim, eu aprecio a colocação que fez aqui o nosso Conselheiro Tatit, e era o que vinha propor. Quer dizer, quando eu li aquilo e vi que tinham itens de projetos, quer dizer, assim, traz para aprovação itens que não fez projeto executivo ainda. Bom, isso foi apresentado, escutei aqui, Ivan, aprecio tua colocação e acho que a gente deveria ter sempre esse tipo de postura aqui no Conselho, trazer uma explanação inicial antes das votações, isso nos ajuda muito na hora de decidir, de votar aqui. Mas imagino, se isso chegou em maio aqui ao Conselho, nós poderíamos ter tomado esse tempo já para avançar com projetos. Quer dizer, assim, eu não acho que o Conselho esteja aqui para ficar impedindo ações relevantes para o Clube, mas nós temos que trabalhar em parceria, Diretoria e Conselho, para que esses processos possam andar. Então, a minha recomendação aqui, o meu ponto é que a gente divida esses dois itens e aprove, como sugeriu a Comissão Permanente de Obras, aquilo que já está orçado e aquilo para a qual nós já temos projetos. E que o restante a gente guarde para uma avaliação posterior. Podemos chamar uma reunião extraordinária, não tivemos reunião no mês de julho. Quer dizer, assim, depois tivemos duas em agosto, vamos fazer os projetos e chamamos uma reunião extraordinária para apreciar isso, que é premente para nós. Além disso, tem uma questão que para mim parece fundamental, e acho que para vários outros Conselheiros e sócios do Clube, é que em todas as obras acho que nós temos que contar com apoio de uma gerenciadora de obras, o que não parece estar aí incluído. Acho que isso nos dá conforto e tranquilidade de que aquilo que está sendo orçado e proposto esteja sendo realizado da maneira como proposto. É esse o meu pronunciamento.

Eduardo de Azevedo Marques Strang (aparte) – ... Conselheiro. Do que o senhor falou, eu entendo então que o senhor leu o material?

Alberto Sansiviero Junior – Eu tomei horas do meu tempo para abrir todos aqueles itens e tentar ler alguns deles. Alguns a gente consegue ler, outros vêm num tamanho tão pequeno, que por mais que se amplie aquilo em seu computador, fica difícil de ler. Por exemplo, o projeto executivo, eu já vi alguns projetos de acessibilidade, não encontrei aquilo que denominaria como um projeto de acessibilidade. Podemos ter um debate sobre isso, mas li tudo aquilo que foi disponibilizado, ou tentei ler.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Eu implantei o projeto de acessibilidade em 200 agências de um banco, eu sei como é, e também não sou engenheiro. Mas, rapidamente, gostaria que ficasse pontuado que o Conselheiro leu o material, apesar de o Presidente da Diretoria ter dito que o Conselho não lê em sua maioria os materiais que são enviados. Achei um pouco deselegante, Presidente do Conselho.

Antonio Moreno Neto (aparte) – Conselheiro, perfeita sua colocação, só que eu como ex-Presidente e outros ex-Presidentes Executivos, a parte de projeto executivo é uma tarefa da Diretoria Executiva, se nós formos trazer ao Conselho todos os projetos executivos que são realizados, o Clube não anda mais. Por isso que estou falando, é uma competência da área executiva, somente essa colocação que queria fazer ao senhor. O que foi colocado pelo Conselheiro Tatit, muito bem colocado, mas é uma prerrogativa da Diretoria.

Alberto Sansiviero Junior – Eu não estou dizendo que não seja uma prerrogativa, o que encaro é que função do nosso Conselho é aprovar, e é para isso que vem o tema para cá, para aprovar as verbas. Estou aqui há pouco tempo neste Conselho, mas se a gente não tem projeto, como é que faz o orçamento? Se a gente não faz orçamento, aprova uma verba, isso vai nos levar para uma discussão de reprecificação e pedido adicional de verbas. Estamos acompanhando a inflação que voltou para o nosso país, inflação de obra, se nós estamos aprovando estimativa de obras de maio esse valor não será suficiente. Então, vamos ter que voltar à pauta para discussão, porque vamos ter que pedir verbas adicionais. Parece-me coerente que a gente segregue os projetos, faça projetos, orçamento, traga ao Conselho e que a gente aja rapidamente, como estrutura de gestão do Clube. De novo, quer dizer, como uma unidade de gestão, que é a forma que o nosso regramento define, Diretoria e Conselho em parceria.

Antonio Moreno Neto – E rezar para o Ministério Público nem multar nem fechar o Clube.

Alberto Sansiviero Junior – Claro, mas aparentemente nós estamos fazendo isso há nove anos, e funcionou, para o bem ou para o mal. Fiquei decepcionado quando tomei conhecimento disso.

Flavio Henrique Rosa Tatit (aparte) – Conselheiro, concordo com tudo aquilo que você falou, queria esclarecer o seguinte, como o Presidente Toni acabou de falar, é muito importante isso e projeto executivo é ato de gestão, concordo com tudo isso. Por que a Diretoria, em abril já não fez o projeto executivo? Deveria ter feito isso antes, quantas obras são contratadas sem passar pelo Conselho.

Presidente da Diretoria, Ivan Gilberto Castaldi Filho (aparte) – No meu caso é um aparte, fui mencionado indiretamente. Acho que talvez não soube me expressar corretamente. É que um Conselheiro anteriormente havia dito que não recebeu

nada, não recebeu as informações e você aqui disse justamente o contrário: eu recebi e não consegui ler.

Alberto Sansiviero Junior – Eu li aquilo que consegui ler e foi isso que disse aqui. Têm projetos, certamente que todos concordam comigo, que é difícil a gente ler da forma que o material é disponibilizado.

Presidente da Diretoria, Ivan Gilberto Castaldi Filho – Se isso ocorre pode ser solicitado por outro meio ao Conselho. Mas, então, todos receberam? Você mesmo disse que está há pouco tempo aqui no Conselho. Se fizesse uma pergunta quantos aqui estão que leram realmente tudo que foi enviado pelo Conselho, eu acredito que poucos o fizeram. Então, essa é uma informação, posso estar enganado, mas estou no Conselho desde 1980, então, conheço um pouco. Virei aqui quantas vezes for necessário para tentar explicar, mas infelizmente poucos vão a fundo, como você o fez. Obrigado.

Alberto Sansiviero Junior – É possível que isso aconteça, assim, quero crer que a maioria dos Conselheiros que estão aqui nessa função se disponibiliza a fazer isso, esteja lendo o material. Acho que o que posso pedir como Conselheiro aqui à Diretoria, que é quem traz essas demandas ao Conselho, é que talvez a gente pudesse receber um material um pouquinho mais explicativo, que permitisse que a gente lendo uma apresentação objetiva entendesse o que é que nós estamos apreciando. É um pouco frustrante, foi isso que falei aqui no início do meu pronunciamento, que como Conselheiro, quando recebe aquilo, tem que ler um volume significativo de informação para entender do que está se tratando. Não sou engenheiro de formação, esse é até um tema que conheço um pouquinho, procurei aquilo que conheço e não encontrei. Acho que a informação poderia ser produzida de uma forma mais objetiva.

Felipe de Andrea Gomes (aparte) – Apenas para manifestar minha total concordância do que o Conselheiro levantou, foi muito esclarecedor. ... E o aparte é a dúvida que gostaria, de qual foi o encaminhamento elaborado pelo Sr. Conselheiro de dividir, que não ficou muito claro para mim, de dividir entre 1 e 2.

Alberto Sansiviero Junior – É seguir a recomendação da Comissão Permanente de Obras e votar em separado, aprovando aquilo que a gente já tem projeto e resguardando, se não estiver enganado no material o volume total para aprovação seria de R\$2.038.537,80, e a gente guardaria o outro valor, que é R\$1.185.600,00 para posterior apresentação e apreciação do Conselho.

Presidente – Apenas esclareço ao Conselheiro Felipe que nós vamos encaminhar a votação da forma como regimentalmente previsto. Muito obrigado, Conselheiro Alberto.

Aloísio Bueno Buoro – ... Vou falar um pouco do óbvio e um pouco daquilo que não está óbvio, mas está cada vez mais claro aqui para a gente. O óbvio é que

precisa ser feito, o óbvio é que desde 2013 a gente precisa fazer isso e não tem sido feito. O cronograma foi nos mostrado agora pelo Dr. Ivan, pelo Presidente Ivan, e esta é absolutamente uma informação fundamental para tomar a decisão aqui do quanto isto está ou não, é ou não urgente. Entendemos a urgência, entendemos depois também, por esclarecimento dos funcionários do Clube, que esse prazo pode ser um pouco mais estendido, porque me parece que a gente ainda não tem um cronograma feito, aprovado e assim por diante. Ou seja, essa questão de urgência me parece que tem dois pesos e duas medidas. A gente precisa ter mais certeza sob o meu ponto de vista, mais certeza sobre esse cronograma, essa urgência do que me parece que foi aquilo do que a minha interpretação, que foi do material que a gente recebeu, ora requerido por vocês. Esse é o primeiro ponto. Além disso, acho que têm duas questões subjacentes aqui, que foi bastante bem explicado pelo Tatit, que é a pertinência dos itens que estão ali colocados. O Tatit chama atenção pelos valores dos itens, mas há outra questão adjacente, que é se de fato aqueles itens fazem ou não sentido. Ou seja, será que a gente está falando aqui das melhores condições, das melhores ações técnicas para resolver essas questões? Um elevador aqui é melhor do que uma rampa aqui? Ou não? Aqui que digo, exatamente aqui. Isto é um termo de acessibilidade, mas a gente não tem exatamente esta dimensão. Ou seja, acho que cabe sim uma avaliação técnica, tecnológica inclusive, porque toda sinalização requer uma avaliação tecnológica agora, há instrumentos tecnológicos que dão conta de toda essa avaliação de sinalização que a gente tem. Não me parece que isso esteja sendo objeto da análise da Diretoria, da execução da Diretoria, então, acho que é fundamental que a gente tenha esta análise, sim. Também abre espaço aqui para a gente discutir, algo que também já foi requerido aqui, eu não vou reiterar, mas será que todas as outras obras que temos aqui no Clube também estão observando essa questão de acessibilidade? Ou de novo, a gente vai daqui a cinco meses, dois anos, três anos discutir novas obras de acessibilidade, ter novos TACs, assim por diante? Então, há necessidade de a gente incluir todos esses termos de acessibilidade em todas as obras que faz. Além disso, vamos falar um pouco agora do não óbvio. A apresentação do Ivan, sua apresentação, Presidente, foi bastante clara, mas tem algo que me incomoda ali naquela apresentação logo de cara no valor que a gente tem disponível para o investimento. Este valor, conforme apresentado, ele confunde, do meu ponto de vista, três conceitos fundamentais. O primeiro conceito é quanto a gente tem de dinheiro em estoque para investimento? Esse dinheiro em estoque para investimento tem duas dimensões: O que tem hoje em caixa e o que a gente receberá no futuro. Além disso, a gente não tem a menor ideia do fluxo. O relatório da Comissão Financeira é bastante claro em dizer que há várias obras já aprovadas, mas a gente não tem ideia de quanto esses valores estão sendo apropriados ao longo do tempo. Minha ideia é que a gente não tenha aqueles R\$52, R\$54 milhões, a gente tem algo em torno de R\$20 milhões – Fein pode me corrigir aqui, por favor – mas a gente tem algo como R\$20 milhões disponíveis não disponibilizados. Ou seja, o valor ora requerido representa algo em torno de 15 a 20% do valor total que a gente tem disponível para investimento. Aqui cabe uma dúvida, do meu ponto de vista, gostaria de esclarecimento, muito obrigado, mas aqui cabe uma dúvida se de fato

é uma questão de usar o nosso valor de investimento ou se, como também tem uma dúvida que me parece que há necessidade de esclarecimento, se é uma questão de gestão não vamos utilizar esse dinheiro, vamos utilizar dinheiro de orçamento. Há uma pequena possibilidade de esclarecimento aqui, porque na PO de 2022 está alocado R\$500.000,00 para acessibilidade. Temos que fazer uma análise mais rigorosa sobre isto, é uma análise que a gente vai fazer daqui a dois, três meses, detida sobre a PO. Mas fico pensando o que a gente fez há um ano para colocar R\$500.000,00 como investimento na PO para acessibilidade e 10 meses depois pedir seis vezes este valor. Este ponto para mim ainda é uma questão a ser esclarecida. Há vários elementos aqui relevantes para a gente entender até que ponto a nossa PO está correta ou não, até que ponto nosso procedimento está correto ou não, mas se toda hora a gente ficar, no exercício que a gente faz aqui como Conselheiro, aprovando verba, aprovando verba, aprovando verba de investimento, a gente não tem ideia do volume de investimento que tem e não tem ideia de porque faz essas obras. Então, aqui corroboro mais uma vez com o que foi falado anteriormente, cadê o projeto, cadê a nossa ideia de acessibilidade? É absolutamente óbvio que a gente precisa de acessibilidade. Existe um projeto amplo de acessibilidade? Não encontrei aqui.

Flavio Henrique Rosa Tatit (aparte) – Eu consigo responder essa dúvida que você teve. Na PO realmente foram previstos R\$500.000,00, na PO deste ano. Por que aumentou tanto? Porque o Promotor mudou no ano passado e o novo Promotor pediu que o Clube antecipasse muitas obras. Então, foi obrigado a antecipar muitas obras que estavam sendo previstas para os próximos anos. Tive essa mesma dúvida, eu fui atrás e me deram essa informação, que com a mudança do Promotor foi obrigado antecipar algumas obras que estavam previstas para 2023 e 2024.

Aloísio Bueno Buoro – Perfeito. Mas também como hoje já foi esclarecido aqui, Tatit, a gente já viu que o cronograma não está exatamente claro em relação ao uso ou não dessa obra.

Andreas de Souza Fein (aparte) – ... Só um esclarecimento, sobre o valor remanescente, está em nosso parecer, nós temos totalmente disponíveis no momento R\$36,6 milhões. Daqueles R\$52 e poucos que foram mostrados, descontado o que está comprometido, que está em andamento, são R\$36,6, a gente continua tendo o suficiente. Mas só um esclarecimento com relação ao que está na PO e o que está sendo discutido hoje. Na PO não se discute obras, tudo aquilo que a Diretoria apresenta na PO como investimento para o ano que vem, são sinalizações de intenção. Todas as obras têm que passar pelo Conselho, porque elas usam o Fundo de Investimento, inclusive isso foi ressaltado no parecer da Comissão Financeira do ano passado – O senhor sabe perfeitamente, que assinou o parecer – que tudo que se fala de obras na PO tem que ser validado posteriormente quando vier um projeto, quando vier uma situação um pouco mais clara. É só esse esclarecimento que queria fazer em seu aparte. Muito obrigado.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho (aparte) – Só uma observação, quando o senhor mencionou de possíveis tecnologias que deveriam ser levadas em consideração. Eu ouvi dentro do gabinete do próprio MP em relação a Braille, que é o maior gasto que foi apresentado aqui e que hoje já existe a tecnologia, existe linguagem alternativa que pode ser usada pelos deficientes visuais que não seja necessariamente Braille, linguagem alternativa pode ser acessível por audiodescrição via QRCode. Então, gostaria até de encaminhar esses pedidos de esclarecimento, que é o seguinte, se o inquérito civil prevê Braille, porque, claro, se estipulou Braille acho que a gente não tem o que discutir aqui, tem que cumprir o que o MP determinou. Ou senão, se é possível nós tratarmos de uma tecnologia alternativa de linguagem, que não tenham tantos custos quanto o Braille e que traga evidentemente os benefícios aos deficientes visuais. ... Então, a pergunta é se foi considerado isso, meios alternativos, além daqueles apresentados no orçamento?

Aloísio Bueno Buoro – Perfeito. Claramente, eu acho que essa questão é absolutamente relevante mesmo, ou seja, quais são os elementos, os elementos técnicos e tecnológicos que a gente precisa ter. Não entendo que isso esteja, pelo menos no documento que a gente recebeu, e nem foi esclarecido aqui em todas as pessoas que vieram. Está claro, acho que é bastante relevante isso também. Agora, tem dois outros elementos que gostaria... mais dois elementos aqui só para concluir a minha observação. O processo de votação que a gente está tendo aqui, nós Conselheiros tivemos quatro pareceres. Esses pareceres chamam um pouco atenção no seguinte sentido, que o parecer de Obras fala de uma questão jurídica; o parecer jurídico fala de uma questão financeira, e assim por diante. Ou seja, tem o dinheiro, não tem o dinheiro. Parece-me, Sr. Presidente, que a gente poderia fazer um grupo de estudo para entender a relação que existe entre essas Comissões, como a gente pode, como a Comissão toda entender melhor aquilo que está sendo tratado. Acho que existe uma conexão entre os pareceres absolutamente necessária que não encontrei nesses pareceres aqui. Ou seja, parece-me que a desconexão é maior do que a conexão entre todas as coisas que a gente está olhando. Ou seja, a gente não tem capacidade de olhar, verificar, encontrar elementos jurídicos na questão de obra e assim por diante. Quer dizer, eu tinha uma expectativa sobre o parecer jurídico que não aconteceu. Mas estava na Comissão de Obras, e assim por diante. Ou seja, é uma coisa muito esparsa e a gente não consegue ter uma noção clara de todos os elementos que estão ali. Então, talvez coubesse aqui um estudo como a gente pode entender a conexão entre todas as Comissões e todos os pareceres. Mas parece-me que o prazo para execução dos pareceres é uma questão absolutamente relevante para isso. Se foi feito há dois meses e outro parecer foi feito mais recentemente, óbvio que vai ter uma desconexão entre essas questões todas. Cabe, do meu ponto de vista, um estudo aqui do que a gente está fazendo.

Cândido Padin Neto – ... Hoje foi muito proveitosa esta reunião, nós vimos que o nível de todos os Conselheiros que me antecederam foi excelente. Quer dizer, eles trouxeram esse debate com critérios técnicos, foram proativos, positivos em

tentar ajudar. Eu não poderia deixar também de fazer o meu hábito aqui, até de louvor pelas Comissões, provavelmente a Comissão de Obras, do Tatit, que com coragem veio, expôs e é isso que precisamos e, também, da Comissão Financeira, que veio e se expôs também. Isso é muito importante para nós, para termos uma visão de Clube. Aqui ninguém está contra a Diretoria, a favor de Diretoria, o que queremos é um pouco mais de profissionalismo, que as coisas sejam feitas corretamente. Em agosto lhe mandei uma carta, dizendo que o Conselho não deve andar a reboque da Diretoria, nós tínhamos que ter a assembleia, nós deveríamos ter aquela reunião, mesmo que a Diretoria não tivesse entregado nada, mas nós íamos ter Voz do Conselheiro, teríamos Várias e a Diretoria não viria e diria: Ah, não tem tempo. O tempo é daquele que trabalha, ele faz, produz. Se não quer não produz. Agora, sempre de afogadilho em todas as questões que votamos aqui. Vamos voltar para trás, todas vem de afogadilho: Tem que aprovar agora. Vocês não vão aprovar, são contra nós. Não é isso, gente, é tão simples, é só seguir os projetos, fazer os projetos, nos entregar e aprovaremos no mesmo dia, na mesma hora. Mas não vem. Isso é um erro crasso e tem que acabar. Não é uma recomendação. A Comissão de Obras faz como uma recomendação: é sutil, ela tem que ser impositiva, fala: Gente, nós não vamos aprovar, porque desse modo não se faz mais. Chega, nós temos que mudar. Com relação à acessibilidade e inclusão, esses projetos são muito técnicos, eu conheço essa área. A empresa que virá, por isso eu falei, quantos nós temos de sócios que irão entrar nessa inclusão, quantos cegos nós temos no Clube, quantos cadeirantes, e tudo, esse é o estudo que a empresa irá fazer para os projetos técnicos. Será que nós vamos ter que fazer a rampa aqui? Será que nós vamos ter que fazer a rampa lá no futebol? Nós vamos ter que fazer a rampa aqui no teatro? Nós temos um teatro que tem que ser reformado, vamos fazer a rampa? Então, todos esses projetos têm que ser feitos pela visão de uma empresa técnica. Agora, você chama uma empresa de fora para trazer um orçamento, é lógico que ela vai superavitar um orçamento, ela tem interesse depois em barganhar os valores, e tudo. Ela está seguindo as normas? Está vendo os procedimentos? O Luiz falou uma coisa muito correta, que é de norma. Eu não sei se precisa ter o Braille, porque dependendo do número que tenhamos, nós temos outras situações. Então, só essa empresa especializada em acessibilidade e inclusão poderá fazer os projetos e nós aprovaremos aqui no Conselho. É isso que tinha a dizer e já lhe dou o aparte, Luiz.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho (aparte) – ... Só uma observação muito importante, que acho que a gente não deve nunca enveredar pela questão de quantos cegos nós temos, quantas pessoas com deficiência nós temos, acessibilidade é uma questão legal, é uma questão que tem que ser feita, inclusive porque a demanda pode ser efetiva ou potencial. Hoje nós estamos aqui em pé, eu, por exemplo, estou com uma crise de gota, então, já teria uma dificuldade para subir aqui a escada. Então, assim, perfeito tudo que foi dito, mas a demanda, primeiro, é uma imposição legal e vai existir sempre, então, sempre vai ter que ser feito.

Cândido Padin Neto – É verdade, Luiz, mas existem algumas normas que são específicas nisso, ela leva em consideração e só os técnicos, isso é uma coisa, para mim que sou engenheiro já é difícil, estou na área, e tudo, tenho estudos disso, imagine para as pessoas que não tem essa capacidade. Mas você tem toda razão, tem que ter, isso é óbvio que tem que ter, mas nós poderíamos ter até mais ou um pouco menos, eu não sei, a empresa que vai detectar a necessidade do Esporte Clube Pinheiros. Agradeço, Dr. Guilherme.

Presidente – Muito obrigado, Conselheiro. Apenas fazer um esclarecimento ao Conselheiro, que a nossa reunião não foi cancelada, foi adiada por 15 dias, justamente para prepararmos o material à altura deste Plenário, foi um respeito ao Plenário que tão somente adiamos por 15 dias, Conselheiro.

Cândido Padin Neto – Sei, conversei contigo, mas digo, poderíamos vir aqui, discutir os assuntos, acho que o Conselho quer isso.

Carlos Edmundo Miller Neto – ... A minha ideia inicial era vir aqui para dizer exatamente o que o Presidente Cappellano havia comentado, mas depois de assistir às exposições dos Conselheiros Sansiviero e Buoro, são nossos novos Conselheiros aqui, como dizia meu pai: Nada melhor do que uma vassoura nova. E gostei demais do que foi colocado por eles. E veja, sou totalmente favorável à aprovação, inclusive aprovação completa, apesar de não ter os projetos adequados, porque participei durante bastante tempo, nos quatro anos da gestão do Presidente Cappellano, de reuniões com o Ministério Público, que continuamente mudava o Promotor, Promotoria Especial de Acessibilidade, etc., e a gente nunca conseguiu fazer um TAC. O que havia na época eram sempre reuniões trimestrais, o cronograma se cumpria e se passava para mais alguma coisa. E com isso se impossibilitava de ter um planejamento com uma visão maior, inclusive de prioridades. Eu acho que o grande problema, que foi colocado aqui pelo Sansiviero, pelo Buoro e pelo Padin, o Junqueira comentou aqui, tudo é necessário? É necessário, é lei, mas qual é a prioridade? Eu acho que isso também é um elemento que deveria entrar na nossa conta: São setores 1 ao 4? Ou 5, 6, 7, 8 e 9? O que é mais prioritário, a gente fazer um novo elevador aqui? Ou a reforma desse prédio, que inclusive foi aprovado por esta Casa, depois foi suprimida, não sei que termo se usou depois disso, mas o que é o importante, o que devemos fazer? O que fazemos no período das obras? Nós estamos fazendo um elevador novo desde junho e os idosos não podem subir para o Germânia, porque não foi feita uma alternativa, não foi feito, por exemplo, o elevador Cremalheira, alugado, colocado em algum lugar. Depois desmontado, cujo custo entraria na obra. Coisa que pode ser feita aqui quando fizerem a troca do elevador. Enfim, eu acho que nós temos aqui que pensar talvez maior do que o próprio Ministério Público, que trouxe esse problema, voltou agora, como teve mudança do Promotor, mas o que nós temos que fazer é um projeto do Clube, aproveitar a verba que está sendo aprovada aqui, mas fazer um projeto completo de acessibilidade. Esse projeto tem que ser feito por pessoas e escritórios especializados, vamos fazer isso daqui e criar as prioridades: Aonde é mais importante? Ou aonde vai render mais para o

associado esse investimento em acessibilidade? Aliás, fazendo aqui só um comentário para o Conselheiro Buoro – Não o estou vendo aqui – isso aqui se chama investimento em acessibilidade, por isso que sai da verba do Fundo Especial, não é uma verba da manutenção, do Custeio do Clube. Esse é o motivo principal de estar sendo aprovado aqui neste ponto. Eu queria também fazer aqui um comentário sobre o meu amigo Flavio Tatit. O seu parecer, Tatit, está muito bom, você foi ao ponto, não tinha verba. Só estou dizendo que vamos aproveitar essa verba que não tem projetos, etc., e vamos fazer um projeto completo para isso. Nós precisamos ter uma visão completa do problema de acessibilidade. Quando era o Promotor palmeirense – Eu fui várias vezes com o Cappellano, com Heitor Tonissi – fizemos diversas reuniões lá, ele queria falar só de piso, o grande problema dele era piso. Nós atuamos em piso. O Flavio foi Diretor antes de mim e fez a troca do piso da alameda principal, de entrada do Clube. Essa era a grande preocupação do Ministério Público há nove anos, que veio de 2013 a 2014. Hoje a coisa é muito mais ampla, então, merece realmente que seja feito um projeto. Encaminho minha participação pela aprovação, acho que foi muito lúcida a colocação do Tatit, mas é bom a gente ter uma verba, atuar nisso e fazer realmente um projeto para valer do assunto de acessibilidade. Era essa minha colocação.

Flavio Henrique Rosa Tatit (aparte) – Queria ver se você concorda com uma recomendação da Comissão de Obras nesse parecer, dentro daquilo que você falou agora.

José Manssur (fora do microfone) – Então é recomendação?

Flavio Henrique Rosa Tatit – Aquilo foi uma proposta, essa é uma recomendação que vou ler agora. A recomendação é a seguinte: Quando a Diretoria reapresentar ao Conselho Deliberativo os serviços para serem executados depende da votação do projeto, que já falamos, ou seja, como o Ivan falou, agora nos veio basicamente dos setores 1 ao 4, então, nós estamos pedindo que a Diretoria quando vier com esse valor, estime também os valores que deverá gastar nos próximos anos para adequação às normas de acessibilidade dos setores 5 ao 9, para a gente ter uma noção de tudo. Como se vai poder priorizar uma coisa se não sabe o que vai fazer nos setores 5 ao 9? Então, estou pedindo uma recomendação, que a Diretoria tão logo possível, estime o valor de tudo para a gente poder priorizar, senão não podemos priorizar.

Carlos Edmundo Miller Neto – Perfeito, todos nós aqui estamos do lado do Clube Pinheiros, acho excelente tua colocação. Faço minhas as suas palavras, que isso seja recomendado, que seja feito um projeto completo abrangendo todos os setores, uma estimativa de custos e as prioridades, que isso aí que é importante para a gente. Meus amigos Conselheiros, Diretoria, a Mesa do Conselho, funcionários e associados, muito obrigado.

Rodrigo Ferreira Lara – ... Acho que já algumas reuniões passadas nosso querido Presidente de sempre, Dr. Manssur, sempre ressaltou aqui para a gente buscar pacificar o Conselho, encontrar soluções e acho que foram muito boas as exposições que me precederam aqui. Um bom caminho para essa pacificação é essa transparência, antecipação de informações e essa conversa clara com o Conselho. Esse processo, como foi falado hoje, está vindo desde 2013 e esse compartilhamento de informações poderia ter sido útil. Acho que a exemplo de algumas sugestões que foram dadas, poderíamos ter tido uma reunião em julho específica para isso, para serem trazidas algumas informações. Eu mesmo encaminhei ao Conselho desde março, quando foi aprovada aquela primeira verba de acessibilidade, que eram R\$847.000,00 para pavimento, eu pedi naquela ocasião que se passasse ao Conselho todo o projeto pretendido. Reiterei esse pedido em junho. Reiterei agora quando foi convocação desta reunião, então, acho que se essas informações vêm compartilhadas com um pouco mais de antecedência ajuda a fluir melhor essa discussão e a gente avançar. Acho que está claro para todos, eu também tive um pouco mais de esclarecimento ao longo da reunião de hoje, que lá atrás houve uma proposta de um TAC para 30 anos, que na verdade não chegou a se tornar um TAC. Houve a troca de promotores e hoje a gente está com essa exigência de apresentar relatórios trimestrais. Então, entendo que a gente tem que mostrar avanço, acho que nisso não há dúvida no Conselho aqui, de que a gente precisa continuar avançando e mostrando ao Ministério Público que o Clube está se movendo na direção certa, está fazendo acessibilidade. Ou seja, mostrar que não está parado. Os pontos que talvez não tenham todo o número preciso, como a própria Comissão de Obras colocou, a gente vai refinando, sendo trazido, apresentado, encaminhado ao Conselho à medida que tenha os números. Acho que a partir daí a gente pode ter um bom caminho. E claro, num projeto completo, concordo com o que foi dito aqui antes de mim também, que não está relacionado ao número de deficientes ou pessoas no Clube, mas acho que para a gente ter noção da quantidade é importante ter essa informação também dentro do Clube, para saber e poder atender da forma adequada. E aí poder confirmar os números, que pelo que vi aqui e ouvi hoje, foi uma indicação preliminar de que R\$3.2 milhões que é o que está sendo ali colocado seria algo como 60% do valor pedido, não em área, porque área de 5 a 9 é muito maior do que 1 a 4, mas em massa monetária, estimada, né. R\$3.2 milhões dividido por 1.6, nós estamos falando de R\$5.3 milhões de total, mas este número não é preciso, como já foi falado por vários que eu consultei. Então, um número que ainda precisa ser refinado, estimado para a gente efetivamente saber quanto é o número total que precisa ser investido. Mas é um número que precisa, assim que a Diretoria tenha, ser apresentado e compartilhado ao Conselho, eu acho que isso ajudaria muito a gente evoluir nessa discussão e na votação desse investimento dos próximos que vierem nesse tema de acessibilidade. Era o que tinha a falar. Muito obrigado.

Eduardo de Azevedo Marques Strang (aparte) – Bom, eu concordo absolutamente com esses avanços que a gente está tendo na discussão e mostrar os setores que vão ser colocados. A gente vai falar do parquinho daqui a pouco, apresentar todo

projeto do parquinho é muito importante, não só discutir um brinquedo específico. Acho que a gente tem muitos avanços para fazer. Mas já que você tocou no ponto da pacificação, de novo, você entende que é pacificação no Clube quando o Presidente da Diretoria vem aqui e diz que a maior parte dos Conselheiros não se prepara, lendo os materiais?

Rodrigo Ferreira Lara – De novo, acho que no sentido de a gente avançar numa discussão melhor de todos os lados, vamos olhar o lado construtivo, de ambos os lados. Já falei, gostaria que a Diretoria mandasse a informação com maior antecedência.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – É que parece que o Presidente da Diretoria está nervoso quando vem falar aqui.

Rodrigo Ferreira Lara – Mas, de novo, não vou entrar nesse mérito, acho que não é uma pergunta que me caiba responder.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho (aparte) – Desculpe-me, eu vou insistir numa questão muito importante, até sobre essa questão da demanda de acessibilidade. O que acontece é que muitas vezes as pessoas com deficiência não vêm ao Clube, porque não tem o equipamento de acessibilidade. Então, por exemplo, quantos cegos têm no Clube? Você pode verificar isso de uma maneira estatística, quantos na população e aplica esse mesmo percentual para o Clube. Mas na verdade é que essas pessoas muitas vezes são inibidas de vir para o Clube, por quê? Porque o Clube não oferece condição mínima para ela se movimentar. Então, essa questão da demanda, com todo respeito as suas considerações, e tudo mais, mas na questão de deficiência ela é muito descabida por conta disso, você cria, hoje existe uma população de associados invisível, que são esses associados com deficiência. Na medida em que se tenha acessibilidade, então, acessibilidade é inclusão, devem vir antes da demanda. ... Só queria insistir nesse ponto.

Rodrigo Ferreira Lara – Eu concordo, tanto que falei que acho que esse tema é só informativo e o Clube tem que se adequar, concordo com sua posição. Obrigado, Presidente.

Presidente – Muito obrigado, Conselheiro. Não há mais inscritos. Encerrada a discussão. Como dissera, nós vamos colocar em votação a proposta formulada pela Comissão Permanente de Obras, que inicialmente pede autorização a utilizar a verba do Fundo Especial, no valor de R\$2.038.587,80, correspondente às despesas com todos os itens da planilha de custos apresentada, numerados de 1 a 12, excluídos, portanto, os de nºs 13.2, 13.3, 13.4, 14.1, 15.1 e 16.1. Após execução dos demais projetos, a Diretoria então, segundo a Comissão Permanente de Obras, deverá retornar ao Conselho com nova solicitação para uso dos recursos faltantes, isto, é, aqueles indicados na planilha de custos de fls. 9 a 22, e que representam 36,7% da verba solicitada. ... Está aberta a votação.

José Marlon Salvador Barroso (pela ordem) – Presidente, pela ordem. Não sei se ficou claro para todo mundo, que na realidade essa proposição é do Tatit, que é diferente da proposta original da utilização dos recursos.

Presidente – Conselheiro Marlon, a proposta formulada pela Comissão de Obras tem preferência.

José Marlon Salvador Barroso – Sem dúvida, não estou discutindo...

Presidente – É prejudicial, daí porque está sendo votada inicialmente.

José Marlon Salvador Barroso – Desculpe-me, era só para reforçar o esclarecimento ao Plenário.

Presidente – Eu vou esclarecer, que se a proposta formulada pela Comissão Permanente de Obras for rejeitada, então, submeterei a votos a proposta apresentada pela Diretoria tal como veio ao Conselho. O Plenário está esclarecido?

- **Manifestação de Conselheiros no plenário: Sim.**

Presidente – Muito obrigado

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam a proposta formulada pela Comissão Permanente de Obras, no sentido de que a Diretoria seja autorizada a utilizar a verba do Fundo Especial no valor de R\$ 2.038.587,80, correspondente às despesas com todos os itens da planilha de custos apresentada, excluídos os de nºs 13.2, 13.3, 13.4, 14.1, 15.1 e 16.1?

Resultado: 104 votos SIM, 33 votos NÃO e 2 abstenções, tendo sido aprovada a proposta da Comissão Permanente de Obras.

José Marlon Salvador Barroso – Dr. Reis, desculpe-me a insistência, não quero mexer no modelo, mas, assim, volto a dizer, a votação já estava encerrada e não havia o entendimento pleno de que essa proposta era prejudicada.

Presidente – Não foi isso.

Item 3 - Apreciação do processo CD-18/2022, referente ao pedido formulado pela Diretoria, de autorização do Conselho Deliberativo para utilizar recursos do Fundo Especial no valor R\$229.865,63, para implantação do brinquedo aquático Splash Zone no Parquinho Infantil.

Presidente – Inicialmente, fez um breve relatório sobre a matéria, referindo que todas as Comissões ouvidas entenderam que a matéria está apta para ser discutida e votada pelo Conselho Deliberativo; e que em seu parecer, a Comissão Jurídica destacou que: “Inobstante o preenchimento dos requisitos necessários para apreciação imediata desse pedido formulado pela Diretoria ao Conselho Deliberativo, independentemente das manifestações das demais Comissões Permanentes, é de bom alvitre que sejam feitos esclarecimentos por parte da Diretoria algumas observações, desde já, sobre esse ‘futuro projeto de modernização do Parquinho previsto na Previsão Orçamentária 2022’, eis que nada sobre esse assunto foi submetido à discussão nesse Conselho Deliberativo.” Igualmente, a Comissão Financeira formulou a seguinte recomendação: “Essa Comissão recomenda mais uma vez que as solicitações da Diretoria sejam acompanhadas por documentação que sustente o alinhamento estratégico e de médio-longo prazo da respectiva solicitação com o Clube e que apresentem a dimensão do impacto que utilizações do Fundo Especial possam ter no Custeio.” Finalmente, em seu parecer, a Comissão de Saúde e Higiene recomendou “que seja respeitada a sazonalidade climática, evitando-se a utilização do espaço em período de baixa temperatura que dificultaria a secagem natural e poderia predispor a infecções do trato respiratório.” Reportou que na última sexta-feira recebeu um pedido da Diretoria, para fazer uma apresentação e prestar esclarecimentos sobre a matéria, desde logo concedendo a palavra ao seu Presidente, que indicou a Conselheira Marília Conter David Pinheiro de Souza, que estava inscrita para falar, para expressar aquilo que a Diretoria pretendia dizer.

Durante a discussão os oradores assim se manifestaram:

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo (pela ordem) – ... No momento da votação, gostaria de solicitar votação nominal para esse item.

Presidente – É regimental, vamos colocar em votação no momento oportuno.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – ... Gostaria de fazer três observações em relação a essa obra. A primeira delas é que logo quando vi o projeto me veio a pergunta, meus filhos já são um pouco mais velhos, mas quando eles tinham a idade tinha um brinquedo parecido no parquinho e te confesso que me incomodava muitas vezes, porque muitas vezes eu não queria pelas condições que meus filhos se molhassem. Então, imaginava à época que se quisesse que meus filhos entrassem num brinquedo molhado que eles fossem para a piscina. Então, isso sempre me ficou, quando voltou esse projeto eu fiquei com essa dúvida. Fiz até uma sondagem e soube que existe uma maioria favorável que não se importa com isso, mas acharia esse um ponto relevante. E até gostaria de ouvir, acho que

existem questões aqui em que fica interessante ouvir o associado, fazer uma pesquisa. E esse eu acho um ponto interessante, porque acho que devem ter pais que não gostariam que seus filhos brincassem no parquinho. Ou meu filho está com alguma infecção na orelha, alguma coisa do gênero. E não tem, até onde saiba – Aí acho que a Conselheira Marília poderá até prestar os esclarecimentos – mas algum tipo de controle. Porque evidentemente quando quero que meu filho vá para a piscina tem o controle. Ele vai, entra. Agora, no parquinho eu fico um pouco aflito com essas questões de misturar mesmo uma atividade típica da piscina numa atividade que muitas vezes os pais não querem; querem secos. Então, não estou encaminhando meu voto contra, só pediria que houvesse talvez uma pesquisa sobre isso, até para dar um conforto para nós Conselheiros decidirmos melhor sobre o tema. O segundo ponto, e aí tem uma conexão clara com o que foi discutido aqui, é a questão também da acessibilidade e da sustentabilidade desse projeto. Eu analisei as planilhas. As planilhas padecem do mesmo defeito do primeiro ponto, quer dizer, muitas vezes elas são, principalmente os projetos, são muito detalhados e a gente não consegue analisar item um a um, principalmente leigos como eu. Mas no relatório da Comissão de Obras eu não li nada sobre a sustentabilidade desse brinquedo. E um ponto é que o antigo brinquedo molhado que existia no parquinho foi fechado, senão me engano por volta de 2015, em razão daquela crise hídrica que enfrentamos àquela época. Sobre isso acho muito importante que conste no projeto ou que o projeto seja aprimorado, para constar que a água dele vai ser aproveitada, porque acho que é uma água que pode ser aproveitada como reuso em N outras atividades do Clube.

Flavio Henrique Rosa Tatit (aparte) – Conselheiro, um aparte só? Quero esclarecer que será reaproveitada a água, tanto é que será feito um reservatório e nesse reservatório será feito um tratamento com gerador de ozônio. Ou seja, o Clube vai usar a mesma equipe de manutenção que faz nas piscinas externas, que já tem extrato de ozônio para fazer aí. Então, essa água será reaproveitada.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Reaproveitada em jardins?

Flavio Henrique Rosa Tatit – Não, no próprio local. Ou seja, a água que sai, será feito um reservatório, vai ter esse tratamento com gerador de ozônio e essa água será reaproveitada.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Não vai ter desperdício, então, está ótimo.

Flavio Henrique Rosa Tatit – Não vai ter desperdício.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Então, perfeito, está esclarecida a dúvida. ... O terceiro ponto diz respeito ao projeto, porque o que se fala é que esse brinquedo novo é uma parte de um projeto integral. E aqui também, fazendo coro aos que me antecederam no outro item, é muito importante ter a visão de todo. Acho que precisaria, se for para aprovar um projeto que faz parte de uma reforma do parquinho eu gostaria de aprovar a reforma do parquinho como um todo e não em

partes. Vou fazer só uma analogia, mas imagina o seguinte, senhores, a gente vai ver uma planta de um apartamento, ninguém decide comprar um apartamento vendo só a planta da cozinha, só a planta dos dormitórios ou só a planta da sala, a gente quer ver tudo. Então, acho que esse é o ponto fundamental. Então, para encaminhar, ... eu agradeço os esclarecimentos sobre a questão da sustentabilidade, a minha posição é justamente para retirada de pauta, porque entendo que é uma ótima ideia a do brinquedo, mas gostaria que os pais fossem ouvidos, principalmente sobre essa questão dos filhos se molharem no parquinho. E também para que isso seja analisado em conjunto com a integralidade do projeto do parquinho. Então, são essas as considerações.

Celso Luiz Borrelli (aparte) – ... A pergunta que eu vou fazer e depois um comentário em cima da pergunta. Não entendi, qual foi o motivo que você não aceitava o outro brinquedo, que é totalmente diferente, isso não é um brinquedo, isso será um espaço e será provavelmente esclarecido pela Conselheira que vai falar após a sua intervenção. Mas a minha pergunta é o seguinte, não entendi o problema de orelha que você falou, de ouvido, não entendi qual é o problema, por quê? Porque esse não é um brinquedo, é um espaço e exatamente a ideia, que a gente debateu, na Comissão de Saúde eu acabei debatendo isso daí com os autores do projeto, é exatamente dar um espaço num clima tropical, como nós temos, dar um espaço para as crianças que não podem ir à piscina, porque estão com babás e as babás não podem entrar na piscina, para elas terem um espaço aonde vão poder se refrescar. E por isso que teve o aparte da Comissão de Saúde, dizendo de respeitar essa sazonalidade. Então, estou fazendo a pergunta exatamente por isso, que não entendi onde que está o problema de um espaço que vai ser explicado aí.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – A questão é a seguinte, acho que muitas vezes, falo como pai,... se eu quiser que meu filho se molhe, se refresque, ele vai à piscina. Muitas vezes eu não quero de repente que ele vá ao parquinho e volte com as roupas molhadas. Quanto à sazonalidade também é uma questão, evidentemente que a gente falha o 8 ou 80, né, um dia de 40 graus óbvio, um dia de 5 graus óbvio que não. Mas esse meio termo...

Celso Luiz Borrelli – Isso daí terá mecanismo que eles vão explicar. Obrigado.

Flavio Henrique Rosa Tatit (aparte) – Conselheiro, mais um aparte? Apenas esclarecendo o que você falou. No parecer da Comissão de Obras nós falamos o seguinte, que esse brinquedo faz parte do conjunto de reformas que está para ser encaminhado ao Conselho, como você comentou, isso faz parte de um projeto global. Só que nós também falamos o seguinte, essa solicitação foi encaminhada com antecedência, ao contrário das outras, por ser o único brinquedo que necessita de infraestrutura. Então, nós tivemos preocupação com essa dúvida, por que não manda tudo? Falaram: O único serviço que vai investir infraestrutura é esse. Por isso que a Diretoria, para não atrasar tudo, antecipou isso. Só um esclarecimento.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – ... Entendo, mas, assim, como é que a gente vai saber se o resto do parquinho vai ornar com esse brinquedo? Então, é muito melhor ter a visão de todo.

Marília Conter David Pinheiro de Souza – ... Hoje venho na qualidade de Conselheira para falar sobre esse projeto do Splash Zone, do grande complexo da área das crianças. Hoje esse complexo tem um giro de mais de 12 mil crianças por mês que passam em nosso parquinho, para vocês verem a grandiosidade que é. Então, peço que ao fim do que tenho a dizer aqui a gente fique confiante e aprove de forma pacífica, colocando o interesse das crianças em primeiro lugar. Eu falo também como, até o Conselheiro Junqueira falou como pai, eu falo também como mãe. Tenho duas filhas, então, falo em nome delas também, inclusive represento muitos outros pais aqui de um grupo que temos de mais de 250 famílias, que me colocaram como representante para vir aqui, que estão me apoiando para vir aqui e defender um pouco do Splash Zone hoje. Jorge, se você puder deixar nosso vídeo pronto aí em stand-by, por favor. Eu mandei um vídeo para ficar mais claro. Depois de muitos pedidos, que a gente vem há mais de um ano debatendo sobre o assunto, a equipe da Diretoria Social atendeu e desenvolveu esse pedido. E hoje a gente vem pedir aprovação da verba para execução. Vamos mostrar um pouquinho do que é uma área recreativa do Splash Zone.

- Projeção do vídeo Splash Zone.

Marília Conter David Pinheiro de Souza – Esse é um vídeo aleatório da internet, mas muito semelhante, por isso escolhemos. E dá para ter uma boa ideia do que será a nossa área. Isso é um Splash Zone, o que a gente quer aqui no Clube, nada mais do que isso. Se vir algo, além disso, não procede. É uma área recreativa, muitos já podem ter visto em parques públicos e até no exterior é muito comum. E aqui no Brasil também vem ganhando espaço, até na Cidade da Criança que tem, que é nova, em Jundiaí, super conhecida e muito famosa, faz o maior sucesso por lá. Agora, vou levantar alguns pontos técnicos do projeto que acho importante salientar. Se puder colocar aquela apresentação, Jorge, que tem uma foto do Splash e os pontos principais, por gentileza.

- Procede-se conforme solicitado.

Marília Conter David Pinheiro de Souza – ... Bom, o primeiro ponto importante é que o piso de onde estão os jatos de água é um piso emborrachado. E no entorno seria continuação do piso já existente hoje no Clube, o intertravado. Além de tudo, ele é drenante e acessível, então, fica fácil acesso ali ao nosso Splash Zone. Um dos pontos mais importantes, até que o Conselheiro Junqueira já levantou, é que o sistema hidráulico utilizado nesse Splash Zone é fechado e a água que será reutilizada passa por um tratamento de ozônio. O tratamento de ozônio hoje é o mais utilizado, inclusive nas piscinas quando a gente tem natação baby, por exemplo, ele é seguro para a pele das crianças, das mais pequenininhas. Então, é

muito tecnológico, muito seguro. E é esse tratamento que a água passa, com desperdício praticamente zero (0); o desperdício mesmo é das crianças que estarão ali brincando com a água e jogando de um lado para o outro. Como lembrou, achava que já fazia 20 anos mais ou menos a área de jatos de água do parquinho, porque eu brinquei nela, mas naquela época a gente não tinha tecnologia para reutilizar a água. Então, muita água era desperdiçada e, por óbvio, foi fechado o parquinho. Mas hoje a gente tem esse tratamento que faz com que a água possa ser reutilizada e segura até para os pequeninhos. Outra coisa importante, até que o Luiz também levantou, é que essa vai ser uma área delimitada, ela vai acompanhar o gradil que já existe no parquinho hoje. Para quem passa li, vê que o parquinho todo é delimitado, então, essa também vai ser uma área cercada. E a entrada dela seria pelo Skate, uma entrada que passa por um lava-pés e entra ali por fora, numa área seca, numa área fora da areia. Então, acho que é bem seguro dizer que a gente consegue direcionar as crianças que a gente quer ou não para o Splash Zone. E um ponto legal também de levantar é que não será necessária remoção de árvores e, por óbvio, vai ser como o Presidente da Comissão de Higiene e Saúde levantou, vai ser ligado, porque é uma área que você consegue ligar e desligar, é um sistema de liga e desliga nos dias quentes. Enfim, o projeto do Splash hoje se soma, como bem disse o relatório da Comissão de Obras, ao complexo infantil. E vai ser realizado, caso aprovado aqui pelos senhores, independentemente de qualquer outra obra que possa vir a ter no parquinho. É um projeto que está em harmonia com o nosso parquinho atual, mas também ficaria em harmonia num parquinho posteriormente modernizado. E acho que é importante ressaltar também que aqueles usuários do parquinho, como sou uma que está todo dia lá, a gente não gostaria que o parquinho fosse interditado de uma vez só, então, é importante essas renovações, essas modernizações serem feitas por etapas. Então, essa seria a primeira etapa. Por que agora? Porque temos enfrentado temperaturas cada vez mais altas no verão, cada vez mais quente o parquinho, mais árido e aí a necessidade de as crianças se refrescarem, além de toda diversão. Então, teríamos tempo agora de ter a inauguração, quando a estação quente chegar. Outra ressalva que acho importante, até da Comissão de Higiene e Saúde é essa, como já falei, é um sistema que liga e desliga, então, poderíamos respeitar os dias quentes do ano, inclusive estamos no inverno, numa estação fria e nesse final de semana já tivemos 30 graus. Então, assim, poderíamos ter ligado o Splash Zone? Poderíamos, 30 graus, um calor, as crianças suando no parquinho, seria uma delícia mesmo numa estação fria. Então, acho que é bem volátil o que a gente consegue fazer com esse espaço. E por fim, como a Comissão Financeira ressaltou também, nós utilizaríamos menos de 1% do nosso Fundo Especial, é um valor muito seguro para eu vir aqui pedir aprovação dos senhores. Então, como puderam ver, outras questões que me foram levantadas, gosto de salientar, é que ali nas fotos vocês também conseguem acompanhar. Não há tubulação aparente, não forma espelho de água no chão, não há desnível de piso e não há ruídos. Enfim, ele não apresenta risco para qualquer idade, é um brinquedo inclusivo, como a gente tem que observar hoje, como a gente já teve um debate sobre esse assunto, é um brinquedo totalmente acessível, você consegue acessar pelo piso intertravado. Faremos uma entrada, além do lava-pés,... com um portão

que dá para entrar com eventual cadeira de rodas. Então, acho que a gente está fazendo o máximo para observar as diversas questões levantadas aqui por todos os associados, por todos os pais, que já conversaram com a gente de antemão e já colocaram quais seriam os anseios dos pequenos, quais seriam as necessidades dos pequenos. Então, é isso que venho pedir aqui hoje, para nos atentarmos às altas temperaturas do verão, que seria extremamente benéfico para as crianças, uma área para se refrescar, inclusive para as crianças pequenas que vão sozinhas ao parquinho e que tem que estar 100% do tempo ali sendo observadas. E uma área divertida e totalmente segura. Então, peço que pensem nas crianças aqui, eu peço que coloquem o interesse delas em primeiro lugar e votem sim por elas. Obrigada.

Francisco Antonio Vassellucci Filho (aparte) – Não sei se você sabe, é só para esclarecer. Se por acaso aprovada, a obra seria feita quando e entregue quando?

Marília Conter David Pinheiro de Souza – A gente passa por um processo licitatório, mas a obra tem em média pelo que já vimos oito semanas de execução, então, já seria entregue agora para o verão.

Carlos Edmundo Miller Neto – ... Quero dizer que gosto muito desse tipo de atração, acho que é muito bacana a iniciativa aqui no Clube se trazer algo com essas características. Mas eu me sinto extremamente desconfortável de estar discutindo algo com essas características, que acho que pode ser realmente interessante para as crianças, sem que a gente tenha um levantamento, um plano para aquela área. O nosso parquinho tem da ordem de 8.000 m², nós estaremos separando uma área do parquinho, como no passado já foi feito com o Skate e que nós estamos cada vez mais diminuindo uma área que seria de uso de todos, sem saber como é que vai ficar esse uso para o futuro. Então, o meu primeiro ponto é que nós estaremos criando – É muito bonito a gente ver as imagens com uma área aberta – mas pelo projeto é uma área cercada. E tem que ser cercada, porque existe o problema da sazonalidade em primeiro lugar, existe o problema do controle. Eu fui criança aqui no parquinho do Clube, me criei no parquinho do Clube, fui pai no parquinho do Clube, hoje sou avô de três crianças no parquinho do Clube. E a grande preocupação dos pais – Eu me lembro da época dos meus filhos, meus filhos devem bater com a idade da Conselheira que me precedeu – e a grande preocupação quando tinha o tal do brinquedo de água, não era só o consumo de água, o grande problema ali era reclamação de muitos pais. Esse foi um dos problemas que enfrentamos no passado. A área sendo cercada minimiza, mas, por outro lado estou cercando uma área que poderia ser usada com brinquedos o ano inteiro e separada para o uso esporádico, ou algumas vezes por ano. Então, acho que para a gente poder aprovar tem que ter uma ideia de como é que fica o funcionamento do parquinho como um todo, se essa é realmente a área mais adequada para implantar esse tipo de brinquedo – Eu, adulto, adoraria correr no meio daquelas águas, cores, e tudo mais – mas a gente tem que saber se este é o local mais apropriado pelo uso, pela demanda. Acho que a gente tem que ter instrumentos, nós temos que ter um Plano Diretor do parquinho. Aliás, foi feito

pela Diretoria Social, sei lá, há sete anos, um projeto que era do parquinho, para uma remodelação, etc., e que eu acho que pelo menos deveria ser apresentado com uma precedência: Olha, o projeto como um todo é este e estamos separando determinada área que passa a ser destino. Uma área como essas não é uma atraçãozinha qualquer, ela é um destino no parquinho, ela é um destino no Clube, ela passa a ser alguma coisa que é um destino, é muito mais amplo do que apenas um brinquedo que se complementa no parquinho. Nessas condições, eu acho que a Diretoria precisaria apresentar maiores informações, pesquisas, se realmente é isso o que queremos fazer ou se existem outras alternativas com investimentos semelhantes e que possam de alguma maneira atender um pouco melhor. Essa é a colocação que venho trazer para vocês aqui. Da maneira como está sendo apresentada não sou favorável a sua aprovação, acho que precisamos de maiores instrumentos. E entendo que nessas condições o prudente aqui no Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros seria a retirada de pauta para apresentação de estudos complementares que possam levar à adoção desse tipo de atração por aqui. Agradeço aí a todos vocês e sou favorável, como disse a Conselheira, que seja votação nominal, acho que temos que ter responsabilidade dentro daquilo que nós estamos fazendo no Esporte Clube Pinheiros.

André Franco Montoro Filho (aparte) – Olha, infelizmente, até perguntei ao Bório, discordo da sua colocação.

Carlos Edmundo Miller Neto – A democracia é livre.

André Franco Montoro Filho – Esse brinquedo é algo que se vê no mundo inteiro. Estive agora em Londres e na praça ao lado do hotel tinha isso aberto, não é lugar fechado. Quando fazia sol, e nesse verão excepcionalmente em Londres fez sol e calor, funcionava. E vi em outros locais. Até perguntaria, por que só para as crianças? Deveria ser aberto para adulto poder ir também, por que não? Por que somente meus netos, seus netos e não nós?

Carlos Edmundo Miller Neto – Aliás, falei isso, Montoro, gostaria de também participar.

André Franco Montoro Filho – Mas não há perigo, pelo que entendo, houve até preocupação da Marília, fechado, não sei por que precisa ser fechado, não vejo essa necessidade. Acho que poderia ser aberto. Segunda coisa, eu acho que qualquer que seja, aí concordo com ela, a configuração que se tenha o parquinho é uma coisa independente, pode ser considerada independente. Então, inicialmente até pensei: Olha, faz um negócio assim, não faz do plano em geral. Mas me convenci, qualquer que seja o plano de alterações, etc., podem ser feitas e isso ser algo que pode até ficar, não tem nenhuma alteração, é só melhoramento, depois pode haver outros melhoramentos. É um valor relativamente pequeno e votarei favorável, apesar de concordar...

...

Carlos Edmundo Miller Neto – Sua pergunta, eu quero poder responder.

André Franco Montoro Filho – A pergunta é essa, se você não acha melhor até tudo aberto?

...

Carlos Edmundo Miller Neto – Vou responder. Montoro, veja, não sou contra, só acho que a gente precisa estudar melhor. Eu falei no começo da minha explanação que o nosso parque deve ter da ordem de 8.000 m². O nosso parque é pequeno. Veja, é enorme perto do que a gente vê por aí, mas ele é pequeno. Uma praça, um parque como você vê Beto Carreiro, etc., eles têm espaços livres que você pode utilizar. O nosso parque é pequeno, fica lotado de crianças. A Marília falou em 12 mil por mês, é um volume grande de crianças, são crianças que vêm com pais, avós, babás e ficam soltas dentro do parque. Então, a minha colocação é que eu precisaria de mais elementos para realmente poder fazer um posicionamento favorável. Eu adoro brinquedo, mas gostaria de estudar melhor, como Conselheiro, pela responsabilidade que nós temos aqui.

Antonio Sergio Ferreira Brandão (aparte) – Só fazer um complemento. Digo o seguinte, eu tenho uma escola em São Paulo, as crianças adoram isso, o que os adolescentes querem no final do ano? Água, eles vão na quadra, se molham, isso vai ser um brinquedo, um atrativo maravilhoso, nós não devemos recusar isso, porque as crianças adoram, não tem problema nenhum, eles curtem. Isso no tempo de calor na escola, novembro, dezembro o que eles querem? Água. Então, vamos parar de recusar as coisas, não estou entendendo.

Carlos Edmundo Miller Neto – Eu estou favorável...

Presidente – Conselheiro, por favor, qual é o aparte?

Antonio Sergio Ferreira Brandão – Essas recusas, tudo é recusa.

Carlos Edmundo Miller Neto – Não é recusa, eu não estou recusando. Veja,...

Antonio Sergio Ferreira Brandão – É um brinquedo agradabilíssimo.

Carlos Edmundo Miller Neto – Ok, vamos colocar a minha posição. Entendo que a minha responsabilidade, como Conselheiro, seria entender o parque como um todo para poder fazer essa proposta. Não sou contra, muito pelo contrário, adoraria brincar nesse brinquedo, mas a nossa responsabilidade é grande aqui. ...

Fabio Rogério Moreira (aparte) – Uma pergunta mais técnica, não tão demagógica. Eu já vi esses parques, acho que é uma excelente ideia, mas nunca vi dentro de uma área de areia. O senhor, como engenheiro, acha que a implantação

dentro de uma área de areia não vai entupir os buracos, em pouco tempo isso estará inutilizado?

Carlos Edmundo Miller Neto – Essa foi a colocação numa reunião prévia que fiz com o nosso grupo e foi levantada a proximidade com areia. Não conheço tecnicamente o funcionamento desse brinquedo, mas sem dúvida vai requerer alguma manutenção. E que se for aprovado vai ter que ser feita, não tem a menor dúvida.

Fabio Rogério Moreira – Ou poderia sugerir algum outro local que não fosse perto da areia. Mas acho excelente ideia.

Carlos Edmundo Miller Neto – Se fosse na piscina seria ótimo. Fala, professor.

Roberto Dias Leme (aparte) – A área do Splash é de 126 m², como você falou em 8.000 m², falou: Acho que é uma área muito pequena para a gente ficar discutindo um todo.

Carlos Edmundo Miller Neto – É uma posição, entendo que gostaria de realmente conhecer o projeto como um todo do parque. Essa é minha colocação. Agradeço a todos vocês.

José Julio Bastos da Veiga Junior – ... Inicio minha fala, parabenizando a Marília. Nada como uma explicação de uma mulher com coração de mãe, não tem outra aderência, é incrível. Parabéns, Marília. Estendo também meus cumprimentos ao amigo e Diretor Social, Raul Mota, por ter acompanhado também essa ideia, jogado luz à atenção às crianças. Parabéns e obrigado. Tinha alguns pontos a considerar aqui, mas em homenagem à celeridade aqui, vou poupar os amigos. Antecipo que não vou abordar as questões técnicas aqui, me perdoe, não vou tocar em custo de aquisição, não vou abordar custo de manutenção, não vou abordar o impacto do valor no Fundo Especial, não vou abordar se a pesquisa abordou certo grupo, quanto de mães foi ouvido, não vou abordar isso, gente. Queria abordar algo mais profundo, algo que diz respeito à família pinheirense, ao pai, à mãe, às crianças, segue a cena. Dias atrás estava na alameda, depois de uma derrota na quadrinha eu fui lá para a alameda tomar um cappuccino pela manhã. Estava lá e vi uma cena que me chamou muita atenção, que me tocou fundo e vou compartilhar com os amigos. Vinha certamente um octogenário, com os cabelos grisalhos como neve, segurando em sua mão como um zelo de anjo o seu netinho. Ao chegar à entrada do parquinho, ele abre as mãos e solta aquele menininho, solta aquele menininho como se fosse um passarinho que alçasse liberdade, que alcançasse a liberdade. E aquele ancião abriu um sorriso e ficou de longe vendo aquela energia, aquele presente divino, vendo o ciclo da vida se renovar. Olhei aquela cena, falei: Meu Deus, meu Deus! Há poucos dias eu estava aqui no parquinho, convivendo e frequentando o parquinho, quando meu filho obviamente tinha 10, 11 anos. E mais que isso, eu tive oportunidade de ver o meu pai, quando gozava da saúde e da fortaleza física e cognitiva, hoje infelizmente não

goza mais, mas eu me lembrei daquilo ali, daquela cena, o meu pai replicando o que aquele vovô tinha feito. E obviamente no exercício de futurologia, breve espero, já me transporte e falei assim: Oxalá, voltarei aqui na qualidade de avô em breve, trazendo meu neto. Quero dizer tudo isso, porque a partir daquele momento me tocou e falei assim: Gente, esse espaço é único, é um espaço que as pessoas que adentram se despedem dos sentimentos mesquinhos e são envolvidas numa vibração positiva tão gostosa, que até contamina quem está fora. Eu estava fora, vi aquilo ali – Só de falar, estou arrepiado de ainda me lembrar da cena. Portanto, meus amigos, aquele espaço é o coração do pai, é o ventre da mãe, é lá que são forjados os nossos futuros atletas olímpicos, nossos seres humanos de verdade. Todo carinho e respeito naquele lugar. A minha fala é eu acredito que em homenagem às crianças, homenagem às famílias, homenagem à harmonia e à perenidade do nosso Clube que aquele lugar reproduz. Eu acredito que a gente deva oferecer uma solução muito mais do que um simples brinquedo, muito mais do que um equipamento, a gente tem que oferecer mais para aquilo. Por essa razão, eu acredito que a gente tenha que debruçar energia o mais breve possível para a gente desenvolver um projeto, para conhecer esse projeto, a gente tem que conhecer esse projeto para ver o que a gente está oferecendo para as crianças, porque as nossas crianças merecem nada menos do que o máximo. Eu quero oferecer não só um brinquedo, eu quero saber o que a Diretoria com sua competência, eu tenho certeza, tem a oferecer num futuro breve para nossas crianças. Eu queria saber isso. Não quero aprovar só um brinquedo. Como é que se comporta isso num contexto, daquele lugar tão valoroso. Não é questão de verba, gente, R\$300.000,00 para um Clube, não é questão de verba, não está falando em verba, está se falando de importância. Acho que a gente tem que pensar na importância daquele lugar. Aquele lugar não por acaso fica e funciona como o coração do Clube, está no meio do Clube, a localização física está no meio do Clube.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos (aparte) – Além dessa visão edílica que você colocou, de que forma você acha que esse brinquedo vai desnaturar o parquinho dessa forma, não pode ser um caminho para esse projeto maior. A Marília explicou que o fato de ter o Splash Zone não desnatura o resto do projeto. Quer dizer, a gente tem o bonde que no projeto também não será removido, a gente tem a brinquedoteca, certamente não será removida. O projeto que vier do parquinho tem que preservar inclusive o foguete que você usou, eu usei, talvez os pais de muitas pessoas aqui tenham usado. Então, acrescentar alguma coisa neste momento não significa nem ferir o que existe nem impedir construção de algo melhor, um projeto mais amplo, que todos nós sabemos aqui no Clube que é moroso, que é muito mais moroso até do que o Poder Público, pelas cautelas que todos nós aqui tomamos quando temos uma obra. O que impede de nós termos uma coisa imediata, rápida, dois meses, uma obra barata, rápida, limpa, curta, que já foi aprovada por uma série de Comissões, que só vai beneficiar as crianças no verão. A Marília levantou muito bem, a gente está no meio do inverno, hoje estamos sofrendo com temperatura, com sensação térmica de 5 graus, mas no fim de semana nós tivemos 30 graus. O Luiz disse: Olha, eu prefiro que meu filho quando

quiser usar água use na piscina. Mas às vezes não é só ausência dos pais e a presença da babá que impede as crianças de se banhar na piscina, são outras circunstâncias, é o exame médico, a mochila que não trouxe, enfim, o que isso impede em sua visão edílica e futurista, o Splash Zone de materializar? Obrigada.

José Julio Bastos da Veiga Junior – Imagina, obrigado pelo seu aparte. De pronto, também quando li essa proposta, esse item, falei: Gente, quem não gosta de água, qual a criança que não gosta, viemos do meio líquido, quem não gosta disso aí, isso é voltar, tem um apelo atávico, sou a favor. Mas depois, digerindo melhor eu tomei essa decisão e te explico por que. Você acabou de falar – Primeiro, que não tive oportunidade de brincar em alguns brinquedos, sou sócio, brinco até que sou forasteiro, não tenho muito tempo de Clube, mas tenho enorme carinho por esse espaço, por esse Clube – mas o fato é: Você falou que, como a Marília explicou, não vai descaracterizar o parquinho, ele vai eliminar dois brinquedos. Então, não é um apêndice tão somente. Até conversei com o Raul há pouco, ele falou assim: Olha, Julinho, presta atenção, o projeto nosso como todo é faseado, três fases, é gigante, é maravilhoso, é bacana e isso não está dentro do projeto. Mas não é isso que consta no material que nos foi enviado. No material que foi enviado, no parecer florestal diz que vão ser eliminados dois brinquedos, que vai tomar parte do parquinho. Não é assim um lugar que surgiu, é um lugar que o parquinho será englobado, esse lugar vai usar parte do parquinho.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – É um brinquedo dentro do parquinho? ...

José Julio Bastos da Veiga Junior – Eu que agradeço. Ante o exposto, para garantir a modernização, que a modernização ocorra de maneira planejada, independente e vinculada às propostas delineadas e aprovadas por este Conselho, de forma a atender as carências e anseios do corpo associativo, encaminho a proposta de retirada da pauta e pedido para a Diretoria apresentar o mais breve possível um projeto completo para que tenhamos condições de oferecer nada menos que o melhor para as nossas crianças.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho (aparte) – Antes de qualquer coisa, uma pergunta. Quer dizer, o senhor, assim como eu e acho que ninguém aqui é contra o projeto, nós queremos um projeto aprimorado. Segunda pergunta, Conselheiro, o senhor não acha que considerando o cronograma de obras, a Diretoria não nos devia ter submetido esse projeto, apresentação antes, porque realmente o calendário está apertado, só que pergunto por que agora? Por que nos submeter esse projeto no final de agosto? Porque aí fica parecendo para os pais, com perdão da demagogia, assim: Ah, que o Conselho está postergando tudo, o Conselho não passa nada, o Conselho segura, quando na verdade não é isso. Foi dita aqui a palavra afogadilho e o que a Diretoria faz com esse órgão é que a gente fique sempre com uma faca no pescoço, por que: Ah, não, a gente precisa aprovar logo, a gente precisa aprovar logo. Então, assim, por que isso não é submetido a nossa apreciação antes? Por favor, se o senhor puder responder.

José Julio Bastos da Veiga Junior – Junqueira, eu compartilho com tua angústia, mas certamente esse é um ato de gestão, que a Diretoria teve seus motivos porque encaminhar dessa forma, com esse deadline: Olha, tenho que aprovar agora, porque o verão está chegando. São óticas diferentes que a gente entende que está dentro da normalidade, mas de cada gestão, não tem problema nenhum. A gente só tem que defender aqui o ponto de vista do Conselho, enquanto um órgão independente e responsável e que a gente possa sempre pensar em algo a mais, né. Essa que é minha proposta. ... Muito obrigado.

Raul Leite Mota e Silva – ... Vamos falar do Splash Zone, vou tentar ser rápido. Para mim é uma coisa tão simples dentro do complexo do parquinho de 8.000 m², já respondendo ao Miller, que essa área representava 1,1% do todo do parquinho, então, uma área ínfima de 110, 120 m² versus os 8.000 que nós temos no parquinho. Respondendo também ao Junqueira. Sim, temos um projeto já de toda modernização do parquinho, esse projeto está 99% pronto. Demorou um ano para esse projeto estar pronto. Fizemos várias inserções com várias empresas específicas de modernização de parquinhos, de novos brinquedos, de brinquedos up-to-date, brinquedos inclusivos, que é uma preocupação do Junqueira, e no projeto vai haver. O projeto vai ser faseado em três, que é um projeto grande, vai vir ao Conselho agora, assim que o Presidente Ivan Castaldi colocar na apresentação isso vai vir rápido a Conselho. Mas o Splash Zone não tem absolutamente nada a ver com o projeto de modernização do parquinho. Primeiro, que não é um brinquedo, vamos deixar claro que o Splash Zone não é um brinquedo, o Splash Zone é um espaço aquático que refresca as crianças no calor, num país tropical, na temperatura que nós temos aqui a todo o momento, como esse final de semana que passou. Foi parametrizado para desligar e ligar a chave com a nossa gestão, da maneira que queiramos fazer isso, então, não vai ter gasto de água. Toda engenharia, engrenagem embaixo é toda tratável, como tem na Disney, como tem no Hopi Hari. É um pleito de 250 mães de um grupo de WhatsApp, dentre elas 80% frequentam diariamente o parquinho com seus filhos, isso é um pleito que já vem há mais de um ano sendo pedido para mim. Então, quer dizer, é uma demanda, as crianças adoram, só vai se refrescar, Junqueira, a criança que quiser entrar, assim como só vai se refrescar a criança que vai à piscina. Se o filho tem um problema de ouvido tem que ir ao otorrino e não ficar preocupado com o Splash Zone. Então, você me desculpa. Seguindo. Na dúvida do Conselheiro Miller, por que nós optamos por esse espaço ser cercado? Simples a razão, gente. O antigo brinquedo aquático que havia no parquinho era aberto, acessível a adulto, adolescente, criança e do lado da areia. E nada mais é do que um grande esguicho, que as crianças tinham opção de ligar a torneira como queriam e elas molhavam outras crianças a esmo. Este projeto está delimitado na fase 3 do projeto do parquinho, ao lado da grade do restaurante Japonês, ele foi delimitado por uma área específica, gradeada, com um recuo de intertravado até o momento que surge a areia justamente – Como todos sabem, já viram crianças na praia virarem croquetes e milanesas perto do mar – Portanto, é justamente o gradeado e a saída e a entrada deste espaço ser pela alameda dura, do piso duro ao lado do restaurante Japonês, para que a criança saia do parquinho pela área

externa, adentre a área do espaço e saia por essa área mesmo, até para ela se secar muito melhor do que estar próxima da areia. Por isso desta delimitação, foi proposital ela ser delimitada na grade, justamente para o camarada e a criança não tão educada não pegar areia no corpo, não entrar no brinquedo com areia. Isso não haverá problema nenhum, se a pessoa estiver com os pés de areia nos bicos injetores dos jatos não há problema nenhum, isso já foi sanado com a parte técnica das empresas que fazem isso e que vão fazer isso na licitação que nós vamos fazer. Então, é um espaço que cabe dentro do desenho de layout que está no parquinho hoje e ele caberá também, se aprovado ou não, dentro de todo projeto de modernização do parquinho, porque é um piso emborrachado e colorido e toda modernização do parquinho vai envolver todo piso, além de areia, emborrachado para acessibilidade de cadeirante, e colorido. Então, não vai mudar em nada termos hoje um pleito das mães, requerido há mais de um ano, de termos um espaço aquático para as crianças se refrescarem. É muito simples e não vai estar aquém do que vai trazer o projeto do parquinho na modernização. Uma coisa se associa à outra, mas se amanhã não aprovarmos o projeto inteiro da modernização do parquinho, ele não ficar descaracterizado no layout de hoje do parquinho. Então, é muito simples, desculpem, estou em desacordo com tudo que ouvi até agora. É muito simples, mas as crianças querem, as mães das crianças querem. Foi feito um grupo enorme de mães, solicitando esse pleito desse brinquedo aquático, desse espaço aquático. Então, é muito simples. Cria-me um pouco de questionamento associar um projeto monstro de 7.000 m², que vai haver brinquedos novos, vai haver um piso diferenciado, que vocês ainda não viram e brevemente virão, para aprovar, um projeto muito maior, muito mais extenso, mas essa é uma demanda para este verão. Em dois meses será feito esse brinquedo, esse espaço. Desculpa falar brinquedo, que estou sempre falando em brinquedo, mas esse é um pleito das mães para este verão, para novembro e dezembro já, no calor de São Paulo, as crianças conseguirem se refrescar nesse espaço, porque o parquinho, para quem não sabe, para quem não utiliza, e muito mais as crianças de 3 a 12 anos, é um calor infernal. A areia transporta o calor vindo do sol para as crianças, é infernal o calor do parquinho. Esse nada é mais do que um espaço para eles se refrescarem, para elas brincarem. Que mal tem nisso? Não tem associação nenhuma com o projeto grande – O projeto grande está pronto, vou apresentar à Diretoria nesta quarta-feira – Então, é para este verão. Outra, que vocês ainda não sabem e virão no projeto grande: O local onde está hoje feito o desenho do Splash Zone é a fase 3 do parquinho. Entendam que o parquinho vai ser fatiado em três grandes partes iguais: Fase 1 do lado da brinquedoteca; fase 2 no meio do parquinho e fase 3, que contempla esse espaço do Splash Zone, se a gente não aprova, a fase 3 do parquinho quiçá no final do ano que vem, quiçá depois de julho do ano que vem. Então, as crianças vão ficar mais um verão e até julho do ano que vem sem uma zona de 100 m², que representa 1% do parquinho. É nada. A gente só está fazendo para elas terem esse espaço de refrescar, é só isso. Pois não.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho (aparte) – Um aparte. Gostaria de saber se essas crianças, principalmente as pequenas vão poder entrar no Splash Zone sem nenhum tipo de controle ou consentimento? Vai ter alguém que vai perguntar

para a criança: Olha, seu pai te deixou entrar aqui? Ou não? Quer dizer, está totalmente livre, né? É o seguinte, você não acha que isso pode em algumas circunstâncias e a despeito dos pais que são a favor, você não acha que isso pode em algumas circunstâncias ser um mico para o pai ou para o avô, tipo, vim aqui sem roupa, sem troca, sem nada, meu filho foi lá, se molhou, está cheio de areia, o que vou fazer com ele agora? Então, vai ter algum tipo de controle? É essa a pergunta.

Raul Leite Mota e Silva – ... Junqueira, em nenhum lugar do mundo onde haja Splash Zone tem controle de acessibilidade ao espaço, não existe. Esse pleito não existe. ... Você falou do adulto. O adulto também pode brincar no Splash Zone. ... O Splash Zone vai ser aberto a qualquer pessoa. O idoso que jogar Tênis; estiver a fim de tirar a camisa, pôr uma sunga e se refrescar no Splash Zone vai poder, que está aberto a todo pinheirense.

Carlos Edmundo Miller Neto (aparte) – Meu caro Raul, sendo bastante objetivo. Se você tem um projeto que prevê três zonas, essa é a zona 3, talvez devesse ser a zona 1, sei lá.

Raul Leite Mota e Silva – Não, no local onde ele está será a fase 3 do projeto do parquinho.

Carlos Edmundo Miller Neto – Então, já que o planejamento é esse, nós vamos começar pela fase 3, por que não veio junto pelo menos uma explanação? Nós só estamos de garganta, de boca, por que não colocou alguma coisa para a gente conhecer? Primeira pergunta.

Raul Leite Mota e Silva – Vou te responder essa, eu posso? O projeto do parquinho não está pronto ainda, está 99% pronto, não está 100% para vir para cá.

Carlos Edmundo Miller Neto – A segunda pergunta, eu fiquei sabendo que temos uma pesquisa de 250 mães que frequentam o parquinho.

Raul Leite Mota e Silva – E 14 delas fizeram parte do grupo do projeto.

Carlos Edmundo Miller Neto – É interessante, porque a Marília trouxe aqui os 12 mil, na minha família tenho uma filha, uma nora e uma esposa que é avó, que frequentam diariamente o parquinho, em nenhum momento foram consultadas ou fizeram parte. Por que a razão de ser um grupo tão restrito assim e não foi feita uma pesquisa no site do Clube ou alguma outra coisa que permitisse a gente conhecer melhor?

Raul Leite Mota e Silva – Pesquisa, só para eu entender, referente à aprovação ou não de um Splash Zone, é isso?

Carlos Edmundo Miller Neto – Você me diz que 250 de um grupo de WhatsApp que levaram isso à frente.

Raul Leite Mota e Silva – São mães que frequentam o parquinho diariamente.

Carlos Edmundo Miller Neto – É igual ao grupo de WhatsApp lá do Alexandre de Moraes, cara, sei lá o que é isso. Muito pouco.

Raul Leite Mota e Silva – Miller, desculpa, não é pouco, estou falando de 250 mães que frequentam diariamente com seus filhos o parquinho, então, não é pouco, não é uma amostragem pequena. Segundo, 14 delas fizeram parte dos últimos oito meses desse projeto do Splash Zone. E se botar na criança uma pesquisa se quer esse espaço aquático não vai ter nenhuma a falar não, isso eu te garanto.

Carlos Edmundo Miller Neto – Não sou contra, só acho que a metodologia não é adequada para trazer ao Conselho, só isso.

Marília Conter David Pinheiro de Souza (aparte) – Raul, sou frequentadora do parquinho todos os dias, como já disse, e me lembro que em alguns brinquedos, inclusive ali próximo ao parquinho a gente tem indicação de conduta, assim, ninguém pergunta para meu filho, minha filha se ela pode ir ao foguete. O foguete é um brinquedo meio radical e ninguém pergunta se ela pode entrar ou não. Nós teremos algumas indicações de conduta ali do Splash Zone?

Raul Leite Mota e Silva – Em toda modernização do parquinho nós vamos ter todos os totens físicos com boas práticas de utilização de cada brinquedo, de cada modernização e o Splash Zone não vai ser diferente. ... Vai ter idade sugerida para brincar, vai ter tudo.

Heitor Ferreira Tonissi (aparte) – Embora você tenha dito que isso daí não tem nada a ver...

Raul Leite Mota e Silva – Ele pode desassociar do projeto do parquinho.

Heitor Ferreira Tonissi – De qualquer forma, minha pergunta vai ser bem objetiva. Queria saber se vocês, na hora que tomaram a decisão da locação, da implantação desse brinquedo aí consideraram esse novo projeto que está em estudo?

Raul Leite Mota e Silva – Sempre.

Heitor Ferreira Tonissi – Então, se a Diretoria considerou esse projeto, acho que o Conselho também teria o direito de considerar. Então é mais um motivo que vocês deveriam ter trazido.

Raul Leite Mota e Silva – Tonissi, só deixe-me falar. O projeto de modernização do parquinho é monstro, é muito grande, está demorando 1 ano e meio para você ter

uma ideia, só que este brinquedo especificamente se adapta a qualquer projeto de modernização de qualquer parquinho que você venha fazer.

Heitor Ferreira Tonissi – Mas se você está dizendo que tiveram que tomar uma decisão para escolher um local.

Raul Leite Mota e Silva – Independente do projeto.

Heitor Ferreira Tonissi – Você me respondeu que considerou...

Raul Leite Mota e Silva – Você está questionando por que do local?

Heitor Ferreira Tonissi – Não estou questionando.

Raul Leite Mota e Silva – Eu te falo por que do local. É o único local que a gente tinha com uma área dura externa, já gradeada, para facilitar a implantação desse brinquedo no local, onde não tem árvore, onde não tem brinquedos relevantes, como o foguete, como o carrossel, como a casa do Tarzan. E ali é o local melhor que a gente se adaptou junto com as empresas especializadas para adaptar o espaço do Splash Zone.

Heitor Ferreira Tonissi – Eu não estou dizendo que o local esteja errado...

Raul Leite Mota e Silva – Ele se adapta ao layout de hoje do parquinho.

Heitor Ferreira Tonissi – Ele tem que considerar mesmo, como você disse, todo o entorno e não só o parquinho, inclusive o restaurante Japonês, a pista de skate.

Raul Leite Mota e Silva – Mas ele pode ser aprovado desassociado do projeto inteiro de modernização do parquinho.

Francisco Antonio Vassellucci Filho – Mas tem debate aqui agora?

Presidente – Conselheiro Tonissi...

Raul Leite Mota e Silva – Não precisa o projeto todo para aprovar um espaço de 100 m², só isso. Acho prejudicial às crianças para este verão, só isso. Mais um ano, caso vocês votem contra, sem o Splash Zone, sem uma área de refrescar, só isso.

Marcelo Giordano Beyruth (aparte) – A primeira é a seguinte. Tenho dois filhos pequenos e você falou que as crianças vão se molhar se elas quiserem. Primeiramente, todas as crianças gostam de água.

Raul Leite Mota e Silva – Entra quem quer.

Marcelo Giordano Beyruth – Todas as crianças vão entrar.

Raul Leite Mota e Silva – Assim como joga bola quem quer, entra na piscina quem quer.

Marcelo Giordano Beyruth – Exatamente, perfeitamente. Aí vem a pergunta. Você falou que as crianças vão sair por fora do parquinho, não vão entrar depois do Splash, certo? Como é que a gente vai garantir que elas não vão sair e entrar molhadas no parquinho e começar a usar os brinquedos?

Raul Leite Mota e Silva – Você conhece a saída do espaço do parquinho que vai para o Japonês? Sabe qual é a saída ou não?

Marcelo Giordano Beyruth – Sei, ali atrás daquele brinquedo.

Raul Leite Mota e Silva – Perto do Society.

Marcelo Giordano Beyruth – Sim.

Raul Leite Mota e Silva – Ali é a entrada que você sai e entra do parquinho, da outra entrada que é da brinquedoteca, do lado oposto. A entrada vai ser no final do restaurante Japonês, então, a criança, seja quem for vai ter de sair do parquinho na área dura, justamente para ela não vir da areia todo cheio de areia, entrar no brinquedo, caso não tenhamos o entorno gradeado, é uma grade aberta. Visualmente é um layout super bonito, não vai impactar e prejudicar em nada o espaço. ... Foi proposital a área dura para quê? Para quando ele entrar e sair não entrar direto na areia e voltar ao brinquedo. Ele tem de sair molhado pela área dura, que é uma área que ele pode se secar, que pode voltar ao parquinho.

Marcelo Giordano Beyruth – Se secar aonde? Ao sol?

Raul Leite Mota e Silva – Como é na Disney, que você se molha e se seca andando em 15 metros no verão, como qualquer criança.

Marcelo Giordano Beyruth – A criança inteira molhada se secar em 10 metros?

Raul Leite Mota e Silva – Você não precisa se secar por completo em 10 metros.

Marcelo Giordano Beyruth – Mas vai voltar molhado ao parquinho, Raul.

Raul Leite Mota e Silva – É importante, até para esclarecer. ... A ideia de você ter uma área dura e seca e não a área da areia próxima à criança, que já vai sair da água e cair na areia; que aí ele pode fazer o famoso croquete à milanesa, que a gente não gostaria, e voltar ao brinquedo, é de certa maneira você ter essa resistência de trazê-lo à areia. Ele vai sair para uma área dura, tem que andar uns bons metros, se quiser voltar vai entrar pelo parquinho e se quiser voltar ao brinquedo será pela área dura. É a única maneira que você tem para ele tentar se secar, para não entrar direto na areia. Esse é o ponto. E essa é a melhor maneira

sugerida pelas empresas que trouxemos para falar disso. As três empresas que vieram olhar, falaram: Raul, mas você vai colocar do lado da areia? A criança pode pegar um tanto de areia na mão e jogar no brinquedo, é isso que a gente não quer. Por isso que a gente trouxe a área dura, externa, para que tenha esse caminho, isso já faz parte, justamente para voltar para a área dura. E se refresca, no verão, Beyruth, nos 30 graus que já tivemos, esses 20 metros dá uma secada, o próprio sol vai dar uma secada, porque, lembrando, aquilo não é um chuveiro de cima para baixo, é um jato de baixo para cima, a não ser que tenha alguém que leve o xampu e queira tomar banho, não é o caso.

Marília Conter David Pinheiro de Souza (aparte) – Minha pergunta é rápida. Primeiro, queria saber se a gente pode transmitir novamente o vídeo. Minha outra pergunta é se existe alguma norma no parquinho que no verão a criança, aos 36 graus que faz naquela areia quente, no árido, se ela não pode ficar molhada no parquinho? Existe alguma norma?

Raul Leite Mota e Silva – Não, lógico que pode. ... Aliás, têm vários parquinhos em vários clubes que têm parquinhos aquáticos dentro da área de brinquedos, em vários clubes.

Francisco Antonio Vassellucci Filho (questão de ordem) – Presidente Guilherme Reis, questão de ordem. Queria que o senhor consultasse o Conselho, que já tivemos várias pessoas no púlpito, várias pessoas contra, várias explicações, eu acho que o Conselho já está razoavelmente esclarecido. São 23h e temos outra pauta ainda. Por favor.

Presidente – É regimental.

Eduardo de Azevedo Marques Strang (em aparte) – É muito rápido. Parabéns, super claro. Já que você tem a visão do todo, conta para a gente por que não fica perto do vestiário, tipo, tira o bondinho.

Raul Leite Mota e Silva – Qual vestiário?

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Dos vestiários das crianças, dos banheiros infantis do parquinho.

Raul Leite Mota e Silva – Quais, onde?

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Os que ficam perto da biblioteca.

Raul Leite Mota e Silva – Do Mickey?

Eduardo de Azevedo Marques Strang – É. O que acontece?

Raul Leite Mota e Silva – Vou te dar explicação.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – É importante a gente saber, porque você tem a visão do todo, a gente não tem, gostaríamos de ter. A gente tem aprovado recorrentemente vestiários novos, banheiros novos pelo Clube e não seria legal daqui a pouco ter um pleito de novos vestiários e novos banheiros do lado do Splash.

Raul Leite Mota e Silva – Não precisa.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Será que não seria legal para algumas crianças pequenas com fralda que vão passar lá ter proximidade do vestiário?

Raul Leite Mota e Silva – Vou te falar por que. Você conhece os brinquedos que ficam perto da casa do Mickey, do vestiário?

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Sim.

Raul Leite Mota e Silva – Quais são?

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Foguete.

Raul Leite Mota e Silva – Vou te falar que essa área, Edu, essa área que a gente chama de fase 1, que é o primeiro quadrilátero, em frente à brinquedoteca até o salão infantil são os brinquedos mais utilizados, de maior contingência dentro do parquinho. Se eu colocasse o espaço do Splash Zone lá eu perderia três grandes brinquedos, que vão ser atrativos, como nunca houve aqui no Clube Pinheiros. Vocês vão achar lindo o projeto que vamos trazer e os brinquedos up-to-date que a gente vai trazer. Então, esse vestiário do Mickey que é importantíssimo para dar essa vasão muito mais sanitária do que outra coisa, eu perderia três grandes brinquedos se eu colocasse o Splash Zone lá. Aí as crianças estariam, que veja bem, o faseado é escalonado por idade e a fase 1 é para os pequenos, que é a maior contingência. Hoje a gente tem 17 mil crianças/mês no parquinho.

- Manifestação de Conselheiros no plenário: 12 mil.

Raul Leite Mota e Silva – 12 mil crianças; 17 mil com babás, mães e crianças. E a brinquedoteca 12.600/mês. Então, é um contingente absurdo, quiçá o maior contingente versus área dentro do Esporte Clube Pinheiros. Então, te falo não a estar próximo a esse vestiário por ser contemplado a fase 1, e sim ele estar na fase 3 pela área dura de secagem natural e não precisar ter um vestiário. Mas se ele quiser, volta ao parquinho e se seca dentro do vestiário, não vai haver problema nenhum.

Antonio Moreno Neto (aparte) – O item que estamos discutindo tem apreciação do Conselho referente à autorização solicitada pela Diretoria para usar um recurso para implantação de um brinquedo aquático no parquinho infantil.

Raul Leite Mota e Silva – Espaço aquático.

Antonio Moreno Neto – Espaço aquático. Nós estamos discutindo aqui...

Raul Leite Mota e Silva – O brinquedo errado.

Antonio Moreno Neto – Nós estamos discutindo aqui coisas que não tem nada a ver com o pedido de autorização da Diretoria. A Diretoria pediu autorização para implantação, tudo que você falou, até parabêniso pelo estudo que foi feito. Foi tudo feito direito, tecnicamente.

Raul Leite Mota e Silva – Um ano.

Antonio Moreno Neto – E, Sr. Presidente, agora virou moda tirar tudo de pauta aqui. Ou seja, daqui a pouco a gente manda embora a Diretoria e põe o Conselho para tocar o Clube, não é possível um negócio desses. Então, gostaria, Raul, de lhe perguntar, que é um aparte. Você não acha que está tendo um exagero neste Conselho com relação a esse tipo de colocação, que é política. É uma colocação política, não é uma colocação técnica.

Raul Leite Mota e Silva – Toni, eu respeito todas as opiniões.

Antonio Moreno Neto – Eu também.

Raul Leite Mota e Silva – Agora, não respeito quando é um entretenimento de 100 m² numa área de 8.000 m², que é um pleito, há mais de dois anos as mães vêm pedindo esse espaço aquático para as crianças se refrescarem por um simples calor absurdo nos dias quentes que a gente tem em São Paulo, é só isso.

Antonio Moreno Neto – Por uma questão criança, nós não vamos aprovar um negócio que as crianças querem?

Raul Leite Mota e Silva – Exato.

José Luiz Ridolpho – (aparte) – Raul, eu tenho vindo aqui nas últimas reuniões, várias delas e toda vez vem gente pedir aparte ou entrar na reunião para pedir retirada de pauta. Eu acho que não tem cabimento isso aí, nós não estamos discutindo mais as pautas que estão aparecendo e sim estamos discutindo coisas políticas. ... Você não acha que é uma coisa política isso?

Raul Leite Mota e Silva – Eu não acho que seja político. Respeito, mas acho que a gente tem que evoluir e aprovar esse projeto, que faz parte do bem das crianças, do pleito das mães.

José Marlon Salvador Barroso (questão de ordem) – Presidente, uma questão de ordem novamente, por favor. Quero reiterar o pedido já encaminhado pelo Chico. Eu acho que o Plenário já se sente suficientemente esclarecido.

Presidente – Conselheiro Marlon, colocarei em votação. O Conselheiro concluiu o pronunciamento?

Celso Luiz Borrelli (aparte) – Não, só uma pergunta, porque estava inscrito para falar. Posso falar? Eu estava inscrito para falar, você já abrangeu, a Marília já falou também parte. Vou te fazer uma pergunta que vai trazer esclarecimentos para quem está com dúvida, que eu já vi. Você falou na zona 1, na área 1 quais os brinquedos que sairiam. Hoje na condição de avô eu vivo mais dentro do parquinho, é a área do Clube que mais frequento, então, queria que você explicasse quais são os dois brinquedos que irão sair de 8.000 m², e eles poderão até ser realocados, mas não ficou claro quais são os dois brinquedos que vão sair neste projeto, para construir uma área de tamanha abrangência para as crianças do Clube.

Raul Leite Mota e Silva – Primeiro, que não são brinquedos fixados, então, é muito simples. São dois brinquedos que são dois carrinhos de madeira de 2x2, que posso realocá-los em qualquer lugar, mas eles nem estão no projeto. O projeto é tão lindo, que quando vocês virem aqui no Conselho o grande projeto. Para vocês terem uma ideia, nós temos brinquedos no parquinho de 50 anos atrás. Ou seja, estão completamente fora e não up-to-date com o mercado hoje, para as práticas hoje das crianças. Então, tem brinquedo ali que será trocado imediatamente. Óbvio que um foguete nós vamos retrofitar. Óbvio que um carrossel será retrofitado, porque não existe, para vocês terem uma ideia, ninguém mais faz o carrossel que a gente tem lá, não existe nenhuma empresa que faça o carrossel que nós temos no parquinho hoje. Não tem, não existe. Se alguém tiver me traga que eu quero ver o projeto que faça o carrossel que a gente tem hoje. Então, ele será retrofitado, está dentro do projeto. Agora, os brinquedos que nós vamos tirar são brinquedos que posso trazer do plano A para o plano B em 10 minutos, então, não vai prejudicar em nada.

Alexandre Perrone Lomonaco (aparte) – Último aparte. Tenho escutado aqui em pacificação, o que é lindo. E pacificação entende um grande sentimento humano, mas é o mais difícil, se chama escuta. E na verdade eu só tenho visto aqui, eu não vi ninguém contra ao Splash Zone, o que eu vi... o que escutei aqui foi simplesmente a favor de aprovar o Splash Zone e gente achando que já que na justificativa tinha o projeto completo do parquinho, que fosse retirado para vir o projeto completo.

Raul Leite Mota e Silva – Ainda não está pronto, Lomonaco.

Alexandre Perrone Lomonaco – Ok. Então, vamos lá... Eu escutei aqui do assunto anterior, que a discussão veio de 2013. Escutei de você que as mães, as crianças

pedem há dois anos. E no entanto, a única coisa que foi pedida eu que justifica a retirada, como justificou a anterior, algumas retiradas é que o plano viesse para aprovação, apenas que fosse escutado, que o plano viesse à aprovação. Será que se tivesse vindo o plano em vez de vir um pedaço de 1% não estaria já aprovado há 1 hora isso? Essa a minha pergunta.

Raul Leite Mota e Silva – Lomonaco, posso te garantir que não estaria, número 1. Número 2, o projeto inteiro do parquinho, mais uma vez vou falar, é um monstro, é enorme, requer um estudo e um cuidado de cada brinquedo que será adquirido pelo Esporte Clube Pinheiros, que vocês não têm ideia da especificidade de cada brinquedo e da utilização de cada brinquedo. Esse projeto está sendo desenhado há um ano e meio. E mais uma vez o que estou pedindo ao Splash Zone é um espaço da fase 3. Se a gente esperasse, Lomonaco, você vai ver em breve o projeto todo do parquinho, e te garanto que o Splash Zone vai estar muito bem adequado à fase 3 do projeto do parquinho. Só que a fase 3 do projeto do parquinho, ...o próprio número já diz, a fase 3 vai ser a última... fase. Então, as crianças não teriam no próximo um ano uma área para se refrescar, é só isso, uma área de 100 m². Por que não aprovar? Meu questionamento é por que não aprovar? Não é só aprovar com o projeto, é por que não aprovar esse espaço de 100 m, que ele está desassociado de qualquer projeto, ele está adaptado ao layout de hoje do parquinho. Então, desculpe-me, eu discordo completamente.

Luciane de Camargo Mello (aparte) – Raul, única dúvida simples, da árvore só.

Raul Leite e Mota Silva – Não tem árvore no espaço do Splash Zone.

Luciane de Camargo Mello – É porque veio um parecer, é só essa minha dúvida.

Raul Leite e Mota Silva – Não tem.

Luciane de Camargo Mello – Então o que falou que tem que realocar.

Raul Leite e Mota Silva – Realocar dois brinquedos que vou tirar do local.

Luciane de Camargo Mello – Compensação da árvore não tem nada?

Raul Leite e Mota Silva – Essa foi uma preocupação minha, para não ter nenhuma árvore.

Luciane de Camargo Mello – É que não entendi por que veio esse parecer, era só essa minha dúvida.

Raul Leite e Mota Silva – Não tem.

Presidente – Houve um pedido regimental para que consultasse o Plenário se está suficientemente esclarecido. A Conselheira Gazoni tinha se inscrito, pediria autorização do Plenário para que ouvíssemos a Conselheira Gazoni...

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Não. Regimento.

Presidente – Então, vamos submeter à votação, infelizmente, Conselheira Gazoni, é um pedido regimental, então, devo cumprir. Vamos colocar em votação o pedido de...

...

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Vou falar. Eu ouvi um monte de homens discutindo o parquinho, esse é um assunto que as mulheres têm há anos. Eu gostaria de ouvir a Conselheira, por favor, por gentileza.

- ... Manifestação de Conselheiros no plenário.

Presidente – Vamos ouvir a Conselheira.

Berenice Gazoni – Eu havia me inscrito antes, até troquei de posição com o Sr. Raul, porque entendia que ele tinha mais informações do que eu para dar a este Conselho. Só que eu quero falar aqui, já falaram como pai, como mãe e quero falar como avó. Quero dizer que esse projeto que está sendo apresentado aqui é maravilhoso, um dos melhores, no qual vou ter a maior satisfação em votar, em aprová-lo. Está de parabéns a Diretoria, a Conselheira Marília, as 250 mães que estão se esforçando para trazer para o nosso Clube e para nossas crianças um brinquedo que é alegre, lúdico, maravilhoso e que vai diverti-las muito. Como avó, sei que todos vocês como pais também sabem, e o que quero é pedir, para todos que são pais, para todas que são mães, para todas as avós, e para todos aqueles que não são também, que votem sim, que votem não pela retirada do projeto e vamos aprovar algo que vai beneficiar nossas crianças, porque, sim, elas merecem. Muito obrigada.

Presidente – Obrigado, Conselheira Gazoni. Vamos submeter à votação. ... Há outros inscritos.

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros entendem que a matéria objeto do processo CD-18 /2022 está suficientemente esclarecida?

Resultado: 106 votos SIM, 24 votos NÃO e 1 abstenção, dando-se o Plenário por esclarecido.

Presidente - Há um pedido de retirada de pauta, vamos projetar o quesito, por favor.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Sr. Presidente, só relembrando que a Conselheira Renata Campos, salvo engano, fez um pedido...

Presidente – Sim, o pedido de retirada de pauta é prejudicial. A votação está aberta.

Alexandre Perrone Lomonaco (questão de ordem) – Sr. Presidente, gostaria de saber se os Diretores responsáveis pelo projeto e que encabeçaram isso terão direito a voto, já que eles são interessados direto.

Presidente – Vamos interromper o tempo para eu poder responder à questão. Conselheiro Lomonaco, não há um interesse pessoal, não vejo impedimento da forma como previsto em nosso Regimento. Está resolvida a questão de ordem. Vamos então abrir novamente a votação. (Pausa) Esclareceria que todos deverão votar novamente a partir do momento que eu declarar aberta a votação, por favor.

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam o pedido de retirada de pauta do processo CD-18/2022?

Resultado: 38 votos SIM, 96 votos NÃO, tendo sido rejeitado o pedido de retirada de pauta.

Presidente – Há um pedido formulado pela ilustre Conselheira Renata Campos, para que façamos a votação nominal.

Carlos Roberto Sá de Miranda Bório (pela ordem) – Presidente, pela ordem, por favor. Gostaria de saber, apesar de ser um projeto de unânime aceitação, inclusive meu voto é pela aprovação, por que antes de iniciarmos a pauta a Conselheira pediu que o voto fosse aberto, para que isso? Qual é o interesse? Nominal, por que isso?

Presidente – O pedido é regimental. Posso ler aqui, o Art. 73 é muito claro, Conselheiro Bório: A votação nominal somente ocorrerá com requerimento de Conselheiro presente. O requerimento foi formulado, temos de atender. Vamos então...

Luís Eduardo Dutra Rodrigues – Presidente. ... O senhor tem de colocar em votação então?

Presidente – Claro, eu vou colocar em votação.

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam o requerimento formulado por Conselheira em plenário, no sentido de que seja realizada votação nominal?

Resultado: 33 votos SIM, 100 votos NÃO, tendo sido rejeitado o pedido de votação nominal.

Presidente - Portanto, vamos submeter à votação simbólica. Vamos projetar o quesito para votação. A votação dar-se-á pelo Keypad em seu formato simbólico.

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam o pedido de autorização formulado pela Diretoria, para utilizar recursos do Fundo Especial no valor R\$229.865,63, para implantação do brinquedo aquático Splash One no Parquinho Infantil?

Resultado: 106 votos SIM, 27 votos NÃO e 3 abstenções, tendo sido aprovado o pedido da Diretoria.

Item 4 - **Apreciação do processo CD-15/2022, referente ao pedido formulado pela Diretoria, de autorização do Conselho Deliberativo para utilizar recursos do Fundo Especial no valor R\$178.078,73, com a finalidade de reformar o 1º andar do Centro Esportivo e Recreativo (antigo Fitness), para instalação da nova Sala de Boxe.**

Presidente – Prestou esclarecimentos sobre o processo, lembrando que as Comissões técnicas se manifestaram favoravelmente à apreciação da matéria pelo Conselho Deliberativo. Destacou que “A Comissão Financeira formulou recomendações em seu parecer, a saber: Essa Comissão recomenda que o planejamento de compras de insumos, materiais e, possivelmente, negociação para a contratação de mão de obra, sempre seja feito já na fase de preparação dos estudos para a solicitação de autorização da verba, de tal forma que, uma vez aprovado o uso da verba, as compras e contratações possam ser executadas o mais próximo possível do momento em que os valores da obra foram orçados. Assim agindo, poderemos quase que garantir a execução da obra sem aditivos financeiros futuros. Como nada foi ventilado na Planilha de Custos a respeito dos sacos de pancada, a Comissão sugere que estes sejam objeto de profunda análise quanto à idade e estado de conservação dos mesmos, que devem estar sendo utilizados já há algum tempo nas instalações provisórias do BOXE, no Salão de Festas, visando verificar a oportunidade de sua substituição por novos. Em seu parecer, a Comissão de Esportes observou o seguinte: “Conforme discriminado no escopo desta DI.305/2022, além da adequação do espaço e compra de um novo ringue, as melhorias também contemplam a compra de uma Esteira Freemotion T10 Reflex e uma Bike Keiser M31. Esta Comissão entende que por se tratar de uso não específico, recomenda que, tanto a bike quanto a esteira, sejam de uma linha similar (de menor custo), abrindo a possibilidade de compra de mais de uma unidade de cada equipamento, respeitando a Previsão Orçamentária demonstrada. No último dia 25 de agosto, o Conselheiro Alexandre Perrone Lomonaco oficiou ao Conselho, ponderando que a modalidade Boxe foi

introduzida com a finalidade de propiciar a preparação física da modalidade aos associados, sem, no entanto, entender que deveríamos competir e formar atletas para lutar Boxe. E tendo em vista que no projeto da nova sala, itens como o novo ringue oficial parecem mostrar a clara intenção de formar atletas para formar Boxe, parecendo-lhe vital a discussão se o Clube deve apoiar e investir numa modalidade que causa, segundo documentos e opiniões, encefalopatia traumática ou demência pugilística. Assim, solicitou a manifestação da Comissão de Higiene e Saúde. A Comissão de Saúde e Higiene, pelo seu Presidente, assim se manifestou: Sobre o tema em questão, como Presidente, representando a Comissão de Saúde e Higiene, trago algumas considerações discutidas pelo grupo. Em referência à Encefalopatia Traumática Crônica, também conhecida como Dementia Pugilística: Segundo artigo de revisão de literatura de 2005, publicado na revista Archives of Clinical Psychiatry, os autores resumem... “A Dementia Pugilística é caracterizada clinicamente por declínio cognitivo, alterações de comportamento e sinais parkinsonianos. Do ponto de vista neuropatológico, o achado mais marcante é o de numerosos emaranhados neurofibrilares no córtex cerebral na virtual ausência de placas senis”. A partir deste conceito, os médicos do Grupo de Neurologia Cognitiva e do Comportamento do departamento de Neurologia da Faculdade de Medicina da USP, apresentam uma extensa revisão sobre o tema, enfatizando as alterações cognitivas, epidemiologia, neuropatologia, estratégias e detecção precoce e relação com Doença de Alzheimer. É necessário ressaltar, também é relatada em outras modalidades de lutas marciais e até em outras categorias de esporte, como por exemplo, o Futebol Americano. Lembrando aqui que após a morte do famoso jogador Vincent Jackson, 38 anos, a família doou o cérebro de Vincent à Universidade de Boston, para estudos sobre Encefalopatia Traumática Crônica. Por outro lado, o Pugilismo, esporte olímpico consagrado, com histórico de origem na Mesopotâmia e Grécia Antiga, teve suas regras definidas na Grã-Bretanha a partir do século XVI, tornando-se modalidade Olímpica desde as Olimpíadas de 1904. O esporte exige dos seus praticantes, muita disciplina, preparo físico e psicológico rigorosos e desde sempre atraiu e atrai praticantes admiradores. A matéria está em discussão. Há dois inscritos: Ilustre Conselheiro Sérgio Henrique de Sá e ilustre Conselheiro Carlos Edmundo Miller Net.”

Manifestações:

José Marlon Salvador Barroso (pela ordem) – Presidente, pela ordem, só uma questão. Queria fazer uma consulta sobre a viabilidade de o Presidente se colocar também sobre esse projeto, antes que se iniciem os debates.

Presidente da Diretoria, Ivan Gilberto Castaldi Filho – ... O que a gente fala, o Clube é um quebra-cabeças. Nós mudamos o Esporte e Saúde, foi aprovado por esta Casa para ir para o Centro Esportivo, justamente para que tenhamos um prédio de lutas no antigo Fitness. Não podemos ficar com o Boxe onde está na marquise. Quer dizer, nós estamos fazendo uma sequência de aprovações dentro de quase um PDD de Obras, muito simples. Então, não tem outra coisa, não estou aqui discutindo se será competitivo, isso não está em pauta. Muito me causa

espanto vir uma discussão para cá. A Diretoria está pedindo a mudança para o Fitness antigo, do espaço hoje ocupado na marquise, que inclusive precisa ser impermeabilizada. Aquilo lá, com todo respeito, o Boxe é um dos esportes mais antigos que nós temos no mundo, só que está um pouco de cortiço onde está. O associado merece coisa melhor. Mais que triplicou o número de associados praticantes de Boxe, só que lá não temos controle, não tem controle de catraca nem de receita. Precisamos disciplinar esta modalidade, não tem por que depois de aprovar a mudança do Esporte e Saúde, votarmos ao contrário aqui, que é só isso que estamos fazendo, a mudança de local. Qualquer outra, mudança de atividade competitiva, isso ou aquilo deve vir ao Conselho, como isso já foi dito. É assim que qualquer modalidade nova de esportes pode ser aprovada, com anuência dos senhores. Então, por favor, vamos tentar ter um pouco de celeridade, até pelo tempo. Se alguém tiver alguma dúvida, estou aqui e talvez possa responder, se alguém quiser algum aparte. ... Senhores, muito obrigado.

Sérgio Henrique de Sá – ... O que me fez vir aqui hoje é justamente a emenda, do que já iniciou nosso querido Presidente Ivan Castaldi, dizendo o seguinte: Não dá para ter um puxadinho no Esporte Clube Pinheiros na Faria Lima, isso é fato, a gente tem que fazer atividade. E atividade do Boxe, eu fui me informar, porque muito diferente de alguns Conselheiros que já falaram aqui, a gente vem aqui, quer interferir com a Diretoria. Não é nada disso, a gente foi verificar quem pratica o Boxe. O Boxe não é uma atividade só de dar porrada ou de agredir o outro, o esporte, além de ser nobre, ele é para condicionamento físico. E assim que ele é utilizado, senhoras e senhores. Não existe no momento no Clube nenhuma atividade que venha do associado para se inscrever para participar de qualquer luta. Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto, que diferente do que muita gente veio fazer algumas ilações relativas à questão que o Boxe está sendo retirado do programa olímpico. O problema do Boxe não tem nada a ver com atividade neuropática, o Boxe olímpico, com proteção e tudo mais. Sabe por que está se cogitando sair o Boxe em 2028, não em 2024, em Paris? Por questões relacionadas às Confederações e Federações que estão envolvidas em várias denúncias. Então, não tem nada a ver, tem gente fazendo ilação: Não, que o Boxe vai matar, por que isso, por que aquilo. Não é isso, a questão é política do Boxe. Quando o Boxe voltar a ser organizado nós teremos obviamente a continuidade ou não. Depende obviamente do Comitê Olímpico Internacional. A questão hoje, como o Presidente acabou de fazer o compromisso de que o Boxe não será utilizado para que os associados competirem pelo Clube em luta, não é nada disso. É para o condicionamento físico, tão somente isso. É isso que ele acabou de dizer. E essa verba que está sendo colocada, hoje é dia de apaziguar ânimos. O que me deixou indignado é querer uma votação nominal para quê? Para colocar no Facebook? Gente, pelo amor de Deus, vamos aprovar o que tem de ser aprovado, vamos discutir com equilíbrio, não vamos ficar falando: Ah, porque você votou contra, porque vou falar com os pais. Sabe, gente, acho que está na hora de pensar, esquece o Ivan, esquece o Toni, o Cappellano, qualquer um de vocês pode vir a tomar aquela cadeira que está ali e ser Presidente do Clube. Não é fácil, a gente tem de ser Conselheiro e ter vergonha de fazer esse tipo de pressão,

extremamente medíocre. A Conselheira Renata Campos e a Conselheira Vaiano queriam tanto a votação nominal a troco do quê? E a questão do Boxe tem que ser aprovada, sim, porque é tirar o puxadinho, que o Pinheiros não merece. Primeiro ponto. Segundo e último ponto: É porque está na hora de a gente usar aquele prédio de maneira adequada. É só isso, senhores. Boa noite. Obrigado.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Só um minuto. Eu fui citada...

Sérgio Henrique de Sá – Você foi citada e não lhe dou aparte, já estou dizendo nominalmente a você, que o que você colocou para mim é demagogia pura. É só isso.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Só que não tenho vergonha do que eu penso, do que eu falo e do que eu decido, não tenho vergonha nenhuma.

Carlos Edmundo Miller Neto – ... Faço minhas as palavras do Conselheiro que me precedeu. Nós temos que tirar aquela favela que está ali na Faria Lima. O Presidente fez muito bem de mandar isso aqui para o Conselho. Vamos aprovar esse negócio aí, independentemente das colocações do Lolo, com as quais concordo, mas acho que agora não é o momento de a gente discutir. Vamos tirar aquele puxadinho de lá e fazer uma área legal, num prédio de lutas do jeito que deve ser. Muito obrigado. Boa noite a todos.

Rodolfo José Sanchez Serine – ... Vou procurar ser breve, Sras. e Srs. Conselheiros. Rapidamente, eu tive a honra e satisfação de estar Diretor de Relações Esportivas quando foi iniciada a atividade Escola de Boxe aqui no Esporte Clube Pinheiros. Fui bem assessorado pelo nosso companheiro Mário Soares na ocasião e conseguimos implementar essa atividade, que tem sido até hoje muito procurada e praticada pelos nossos associados de todas as idades, desde os mais jovens quanto os mais velhos, todos praticam, adoram a atividade e tem tido uma procura sistematicamente aumentada ao longo do tempo. Infelizmente, por questões diversas, principalmente em função da pandemia, a atividade teve de ser alocada provisoriamente na marquise da nossa Sede Social. Óbvio, como dito é provisório, não pode ficar permanente. Hoje, como o Presidente Ivan colocou, feito o xadrez necessário aqui dentro do Esporte Clube Pinheiros, consegui se um espaço adequado no Centro de Esporte Recreativo, que é o nosso CER, antigo prédio do Fitness, para aqueles que assim preferirem a denominação, de uma área adequada e dotada das condições para a prática dessa atividade da Escola de Boxe. Então, o que estamos hoje aprovando aqui, Sras. e Srs. Conselheiros, e limitado ao mérito da pauta, é simplesmente autorizar a utilização do Fundo Especial, que está sendo solicitado pela Diretoria, para que se possa fazer a transferência da atividade já existente, em pleno funcionamento, com os associados devidamente inscritos, de um local inadequado, inapropriado, para um local adequado, com todas as condições e com várias melhorias, como todos puderam verificar nos anexos e nos documentos que acompanharam a proposta. Esse é o pleito, esse é o pedido e dizendo não a essa proposta, nós não estaremos impactando o funcionamento da

atividade, não está aqui se discutindo se a atividade tem algum tipo de relacionamento ou não, de relação, enfim, qualquer tipo de ligadura com qualquer questão relacionada a patologias ou danos relacionados a questões cerebrais por longa exposição a impactos no cérebro, etc., não estamos discutindo a continuidade ou não da atividade Escola de Boxe, nós estamos discutindo no mérito a transferência simples de uma área inapropriada para uma área adequada e modernizada. Então, se as Sras. e Srs. Conselheiros hoje disserem não a essa proposta, vocês não estarão vetando a continuidade da atividade, ela continuará existindo. E continuará existindo num local totalmente inadequado. Ao dizer sim nós simplesmente vamos colocar essa atividade no local que ela merece e precisa para continuar atendendo adequadamente aos associados. É isso. Muito obrigado.

Alexandre Perrone Lomonaco – Calma, gente! É engraçado o Conselho, como a gente escuta as coisas e supõe que se queria fazer alguma coisa. Em nenhum momento, Dr. Guilherme, disse nessa carta que você tem que eu era contra a medida de hoje. Eu disse que com a solicitação de hoje me lembrei e por isso fiz uma pergunta para quem deve nos assessorar. E agradeço à Comissão de Higiene e Saúde pela presteza. Mas em nenhum momento disse, se alguém tivesse escutado o nosso grupo da PTN discutindo, saberia que ninguém na PTN tem nada contra a transferência. Então, todos os esforços que foram feitos para dizer que nós não estamos discutindo a questão de se causa lesão cerebral numa parte dos lutadores ou não, não ia entrar em pauta, só entrou porque houve o entendimento pela leitura do Dr. Guilherme que alguém se oporia. Aposto que será 100% de aprovação, inclusive a minha. Apenas que, e é isso que digo lá, que tendo essa questão colocada do Boxe, sempre que fala em Boxe, independentemente de gostar, tenho apreço pelo Marinho, sempre converso com o Marinho, eu como Conselheiro e por isso responsável por discutir as questões do Clube, acho inevitável que a gente lembre que essa atividade é tida como causadora de uma moléstia. Não uma dúvida razoável, não é questão de capacetes, Serginho, não é questão de que no futebol americano tem ou não. Futebol americano mexeu nos protocolos por causa disso, para evitar que as concussões se tornassem graves. Então, só peço, Dr. Guilherme, sobre isso por causa da hora, que seja, gente, é assim, somos 200 Conselheiros, a pergunta é: Será que não devemos olhar e nos preocuparmos com isso? Será que queremos ter esse esporte no Clube? Será que queremos que sócios disputem isso? Apenas isso. Então, peço, Dr. Guilherme, que envie o parecer da Comissão e, também, os links. Na realidade há dezenas de links falando da patologia, da encefalopatia traumática crônica, conhecida como demência pugilística, por motivo óbvio, isso é origem de quando de quando começou a se descobrir. Apenas que envie os links e o meu pedido para a gente discutir no futuro, não queria discutir hoje. Na realidade só me inscrevi – Vocês viram que não estava inscrito originalmente – só me inscrevi porque o Dr. Guilherme leu e de alguma forma me obrigou que viesse aqui, porque não sabia que tinha sido dado parecer. Então, veja, estou encaminhando pela aprovação, mas aproveito e peço para que pensem nisso. Dr. Ivan, quando o senhor se colocou aqui eu não tinha nenhuma pergunta, é o que estou dizendo, não havia debate, concordo com a transferência, como o senhor mesmo defendeu. Mas

agora o Sérgio Sá me disse que conversou com o senhor e o senhor garantiu que nenhum atleta do Clube disputará uma luta de Boxe representando o Clube. Então, queria saber se isso é um fato, se essa promessa ou esse compromisso de não ter atletas disputando é real ou se o Sérgio Sá talvez tenha entendido mal. Obrigado.

Presidente da Diretoria, Ivan Gilberto Castaldi Filho – Senhores, no dia de amanhã não sei se eu estarei vivo, o que estou vindo aqui como Presidente, é solicitar essa transferência, jamais colocarei palavras em minha boca, nem que sim nem que não, porque o que é opinião do Presidente sendo uma pessoa que está momentaneamente no cargo. Então, não cabe essa pergunta, desculpe-me.

Gilberto Maria Rossetti – ... Presidente, minha manifestação é breve e direta. O item da pauta é sobre o pedido de uso do Fundo Especial para fazer a transferência. A transferência de um local da atividade de um local para outro é ato de gestão, a Diretoria pode fazer. A única matéria que o Conselho foi consultado é se pode usar dinheiro do Fundo de Investimento para fazer essa transferência. É sobre isso que a gente tem que votar, apenas isso. Obrigado.

Presidente – Então, não há mais inscritos. Encerrada a discussão. Vamos colocar a votos. Vamos projetar o quesito.

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam o pedido de autorização formulado pela Diretoria, para utilizar recursos do Fundo Especial no valor R\$178.078,73, com a finalidade de reformar o 1º andar do Centro Esportivo e Recreativo (antigo Fitness), para instalação da nova Sala de Boxe?

Resultado: 108 votos SIM, 10 votos NÃO, tendo sido aprovado o pedido da Diretoria.

Item 5 - “Voz do Conselheiro”.

Alberto Sansiviero Junior – ... Vou trazer três temas e prometo ser breve aqui, mas que queria compartilhar com vocês. O primeiro, acompanhei recentemente uma discussão sobre o pernoite de bicicletas no bicicletário do Clube, o que não é permitido pelas nossas regras vigentes. E acho que o fruto dessa discussão, vale a gente refletir e pleitear avaliação dessa questão, né. Um dos pontos que veio à tona é que situações emergenciais específicas podem demandar necessidade de pernoite isolado de bicicletas no Clube. E no caso de condições climáticas extremas ou adversas essa demanda pode ser até elevada. ... Não faz sentido impor aos nossos sócios que, por exemplo, devam utilizar suas bicicletas para retornar para onde tenham de retornar em caso de chuva ou queda brusca de temperatura, entre várias outras situações que a gente poderia elencar aqui. Além disso, como questão de isonomia, o Clube permite pernoite de veículos nas suas garagens, o que poderia ser também permitido para as bicicletas. Nesse sentido, em nome de diversos associados que acompanharam essa discussão e refletiram sobre o tema,

eu gostaria de propor que a nossa Diretoria avaliasse a possibilidade de destinar um espaço em uma das nossas garagens voltado para a guarda de bicicletas quando for necessário pernoite no Clube. Esse é o primeiro tema que queria encaminhar aqui. O segundo tema, eu acho que atribuições deste nosso Conselho e da Diretoria estão muito bem definidas em nosso regramento e a movimentação de Conselheiros para compor a Diretoria é sempre muito bem-vinda, dado seu conhecimento dos temas relativos à gestão do ECP. No entanto, diversos sócios com quem eu tenho conversado manifestam constantemente profundo desconforto com a constante movimentação de Diretores que por vezes são exonerados para que retornem a este Conselho com objetivo de participar da votação de temas específicos. E após curtíssimo período, que podemos medir até em horas, são reintegrados à Diretoria ou reempossados, como normalmente se diz no Clube. E retomam suas atribuições anteriores, denotando flagrante conflito de interesses em algumas dessas situações. Um grande número de sócios e sócias deseja que a gestão do ECP, do nosso Clube evolua sempre e sejam práticas de gestão e governança, o que conflita diretamente com esta prática deletéria, que parece priorizar o interesse de alguns em detrimento do bem comum. Nós precisamos evoluir e alteração dessa regra é premente. Eu deixo aqui a sugestão de diversas sócias e sócios, como já disse, com quem eu tenho conversado sobre o tema, para que se estabeleça um período de quarentena antes da retomada do mandato de Conselheiras e Conselheiros que decidam integrar a Diretoria do Clube. E o terceiro tema, apesar de a gente hoje ter votado aqui e decidido pela não inversão da pauta, eu gostaria de sugerir ao nosso caríssimo Dr. Guilherme, Presidente do Conselho, e aos demais integrantes da Mesa, que avaliem a possibilidade de a gente alterar a Ordem do Dia das nossas reuniões, tentando trazer pelo menos para o início da reunião “A Voz do Conselheiro”. Que a gente antecipe “A Voz do Conselheiro” para o 1º item e mantenha Várias no final. Assim a gente dá possibilidade deste Plenário discutir, trazer temas diferentes para o debate nas nossas reuniões. É isso que tinha para dizer aqui. Agradeço atenção de todos e boa noite. Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria.

Carlos Roberto Sá de Miranda Bório – ... Presidente, inicialmente gostaria de me desculpar, pois diante da correria do meu dia a dia surgiu a minha ideia de mandar uma mensagem no Expediente, que, aliás, eu até agradeço, e me desculpo por ter sido manuscrito, porque fiz aqui de próprio punho e auxiliarei a Lurdinha, porque os nomes talvez não estejam tão completos. Aproveitando essa oportunidade, com relação ao pessoal do teatro, que é um grupo que vem crescendo no Clube de forma assustadora. Eu quero voltar ao passado, quando no passado nós tínhamos um número enorme de pessoas se candidatando a participar do teatro e não tínhamos peças suficientes. Hoje, a atual Diretoria felizmente tem propiciado esse prazer ao nosso povo, tendo várias peças em cartaz, mas ao mesmo tempo houve uma inversão de ordem, houve o desinteresse. Nós precisamos de atores para que participem de uma arte tão instrutiva, tão necessária para o nosso povo. Pediria, sugerir no caso, Sr. Presidente, que a Diretoria fizesse através do Departamento de Marketing uma campanha no sentido de que nós tenhamos mais participantes do

grupo de teatro. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado e uma boa noite. Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – ... Tenho aqui dois temas. O primeiro é uma cobrança que recebi aqui já de associados e estou repassando. Há dois meses eu fiz uma requisição na Voz do Conselheiro sobre a situação das mesas de tênis de mesa e sobre uma sugestão de implementarmos essa atividade no Clube. Até agora não obtive resposta, então, gostaria de fazer essa cobrança, porque senão me engano há um prazo regimental para resposta, creio que não foi cumprido. O segundo ponto, queria comunicar a todos que um grupo de tenistas do Clube lançou um abaixo-assinado para volta dos pegadores de bola no Clube, baseado em quatro razões que gostaria aqui de resumir. A primeira até foi uma reclamação por esses boleiros terem sido cortados do Clube sem nenhum aviso prévio. Foi dado no contexto da pandemia, até aí era absolutamente razoável. Mas com o final da pandemia esses boleiros simplesmente não voltaram. E nós tenistas fomos surpreendidos, porque não fomos consultados. O segundo ponto favorável à volta dos boleiros é uma questão social evidente, são garotos que trabalhavam aqui no Clube e que tinham uma atividade e aprendiam pelo esporte. Então, também esse é um programa que deveria ser mantido. O terceiro ponto é que muitos tenistas precisam de boleiros. Boleiros ajudam tenistas iniciantes, tenistas com alguma dificuldade de locomoção. E o tênis é um esporte que permite a prática a qualquer idade. Nós temos tenistas de 95 anos e o pegador pode ajudar muito. E o boleiro também pode ajudar muito, e aí até uma evolução, auxiliando as aulas. Hoje nós temos um excesso de demanda em aulas de tênis e o boleiro pode inclusive dividir atividades, um boleiro mais experiente evidentemente, ele pode dividir atividades com o professor e com isso acomodar melhor turmas maiores de tênis. Então, é de interesse não só social, mas é interesse até de um uso melhor da quadra. E por fim, acho que deve ser dito também, que o corte dos boleiros não resultou nenhuma diminuição da taxa. A taxa continua sendo cobrada integralmente, então, isso também gera certa revolta, até porque como esse serviço era coberto pela taxa, também essa taxa deveria ser voltada a cobrir esse serviço ou pelo menos diminuir o valor. Então, por isso comporta esse pleito. Eu gostaria de reforçar nesse pleito, esse abaixo-assinado será encaminhado à Diretoria, mas principalmente agora, porque estamos no início das discussões orçamentárias. Então, tanto a taxa do tênis quanto a previsão para os boleiros devem constar da PO de 2023. Então, eram essas as minhas considerações. Obrigado. Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria.

Sérgio Henrique de Sá – ... Venho aqui, Sr. Presidente, solicitar esclarecimentos da vossa Presidência e obviamente será consultada a Diretoria, a respeito, já vou chamar de famigerada resolução, que ainda não foi esclarecida, apesar do meu pedido na reunião de junho e do pedido original da querida Conselheira, minha amiga Luciane Melo, que se refere à Resolução nº 37, de 27 de novembro de 2021. Aprovar emenda aditiva formulada por Conselheiro daquela ocasião, criando a obrigatoriedade prévia de inscrição para as práticas das modalidades Beach Tennis, Futevôlei e Vôlei de praia e o respectivo monitoramento e fiscalização dos

praticantes de forma a identificá-los de fato como associados autorizados à prática para a geração de indicadores de acompanhamento dessas modalidades e a imediata identificação em caso eventual acidente durante a prática esportiva em razão da responsabilidade do Clube. É só isso. Aí por enquanto não estou falando de catraca, a resolução também não fala nada disso, ela só quer saber inscrição prévia e verificar quais são os que praticam Beach Tennis, praticam Futevôlei e Vôlei de praia. Então, somente isso. Como a resolução é de 2021, Sr. Presidente, eu sei que acabaste de chegar, ou seja, com a sua Mesa, então, peço certa celeridade e uma urgência com relação a essa resposta, até para esclarecer todos os associados, até porque o Beach Tennis, o Vôlei de praia e o Futevôlei são extremamente praticados. Eu acho que é legal, o verão está aí, o negócio é a gente realmente praticar as modalidades. É só a questão do controle que é necessária. Esse é a primeira solicitação. A segunda solicitação refere-se ao Tênis Jogar. A gente tinha até senão me engano maio, acho que foi agora em agosto que mudou. Em maio teve uma primeira mudança da história do tempo de jogo do associado que quer jogar simples ou quer jogar dupla. Antes eram 45 minutos para simples e 1 hora para dupla, me corrija se estiver errado. Agora, é 1 hora para simples com renovação de 30 minutos. Antes eram 45 com renovação de mais 45. Houve essa mudança dos tempos de reserva de quadra em virtude obviamente das esperas. Sr. Presidente, não veio nenhum dado – Inclusive encontrei hoje nosso querido Diretor Adjunto, o Gilberto De Luccia – e não veio nenhuma informação por parte de Diretoria Adjunta, talvez uma Diretoria Esportiva que está acima, Executiva, com relação aos dados que fizeram, primeiro, essa mudança. E agora a nova alteração em muito pouco tempo. São somente os dados, o tenista quer saber. Eu particularmente gostei desse novo, tem gente que detesta, então, a gente tem de saber somente dados, são dados. Tudo aquilo que não pode ser feito, não pode ser medido, não pode ser quantificado, não pode ser decidido, para onde a gente vai? Qualquer caminho serve se a gente não medir. É só uma medição e essa apresentação estatística para a gente poder realmente saber, quanto tempo de espera tem a mais ou a menos. É tabular, é uma questão de tabulação, acho que dá para fazer isso tranquilamente. E por fim, Sr. Presidente, minha terceira e última solicitação refere-se aos itens referentes ao meio ambiente. Queria saber, fosse solicitado à Diretoria se o Clube faz compostagem, reciclagem, se há biodigestor para tratamento de esgoto e reciclagem de óleo. Como a gente tem cada vez mais agora ativação dos nossos restaurantes dentro do Clube eu acho que é importante a gente poder saber que ponto o Pinheiros trata. E um pedido, que obviamente isso não será feito, mas vou apresentar uma proposição junto com meus pares da Pinheiros Sempre e obviamente contando com apoio da PTN e de outras chapas obviamente, para a gente criar dentro do Conselho, que acho muito importante, uma Comissão Permanente de Meio Ambiente, está certo. É isso. Muito obrigado e uma boa noite a todos, ... Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria.

Andreas de Souza Fein (questão de ordem) – Sr. Presidente, questão de ordem. São cinco para meia-noite, pediria que o senhor, por favor, consultasse o Plenário para saber se iremos prorrogar.

Presidente – Eu vou consultar, Conselheiro Fein.

Item 6 - Várias.

Presidente – Consultou o Plenário, que em face de vários Conselheiros terem declinado da palavra aprovou a prorrogação da reunião por 15 minutos.

Marco Antonio Senise Geretto – ... Venho aqui agradecer em meu nome, em nome dos meus irmãos o voto de louvor apresentado pelo Conselheiro Carlos Bório ao meu pai Pedro Geretto, ex-Conselheiro e ex-Diretor desta Casa, quando do recebimento de Título Honoris Causa dado pela Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo. Segundo, agradeço à Diretoria por atendimento à reivindicação por mim apresentada para instalação do forno elétrico do Piano's Bar. Dr. Luiz Guilherme, este Conselho é composto de associados que trabalham de forma voluntária com reputação ilibada e representam de forma inequívoca o associado, exercendo suas funções de forma politicamente independente. A função de julgar faz parte das atribuições deste Conselheiro e deste Conselho, é talvez sem dúvida uma das coisas mais difíceis do ser humano, cabendo aos julgadores proferir a condenação ou não após ouvir acusação e defesa. Somos muitos com formações e opiniões diferentes e assim se faz o mundo totalmente heterogêneo. Tenho sido cobrado por associados sobre notícias do Esporte Clube Pinheiros vinculadas à imprensa e aqui dentro. Decisões e procedimentos deste Conselho destas Comissões de assessoramento e julgamento disciplinar têm sido vinculados com diferentes interpretações sobre os vários fatos aqui ocorridos. Estamos evidenciando o momento da comunicação cada vez mais rápida. Muitas vezes criando interpretações diferentes à original e cobrando de cada um de nós a responsabilidade pela sua divulgação. Responsabilidade esta cada vez mais dependente da formação moral, intelectual e ética de cada um independentemente do seu posicionamento político, exigindo de cada um de nós o respeito, mesmo de opiniões divergentes, porém, não antagônicas. Os constantes ruídos dessa comunicação me fazem sugerir a V. Exa. a contratação de empresa especializada em comunicação, para que possamos proteger o Esporte Clube Pinheiros, anteceder aos fatos sem a necessidade de posteriores justificativas. Ter uma comunicação clara, direta, objetiva, evitando ruídos. Temos a garantia que nossas propostas, ideias, pensamentos ajudem a construir um Esporte Clube Pinheiros ainda melhor. Faço tal pedido, porque não pode este Conselho furtar-se à responsabilidade que o momento ora exige, de preservação das gloriosas conquistas e tradição deste Clube. Muito obrigado.

Felipe de Andrea Gomes – ... Mas, vamos lá, eu gostaria só de fazer um registro, Sr. Presidente, de uma proposta que foi encaminhada para a Comissão Especial de Atualização do Ordenamento Jurídico, que está em andamento neste Conselho e acredito que seja de conhecimento de todos. E a proposta formulada por este Conselheiro que hora faz uso da palavra é a seguinte. A inclusão da desincompatibilização eleitoral no Regimento para Eleição Parcial do Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros, para que passe a figurar o Regimento aqui

mencionado da seguinte maneira; é apenas a inclusão de dois parágrafos no Art. 1º. O Art. 1º permanece o mesmo, ou seja, o associado só poderá se inscrever em uma única chapa e obrigatoriamente deverá estar adimplente com suas contribuições, não ter débitos com o Clube até o mês anterior à data da sua inscrição. Isto já consta no Regimento, a sugestão é a inclusão de dois parágrafos. O parágrafo 7º, que seria: não estar nomeado em cargo de livre nomeação pela Diretoria até três meses antes da data do pleito. E o parágrafo 8º: a inelegibilidade prevista no parágrafo anterior, portanto, essa que acabei de ler, também se aplica à nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau, inclusive da autoridade nomeante. E a justificativa é a seguinte: a desincompatibilização eleitoral tem por objetivo proteger eleições contra eventuais abusos do exercício de cargo ou função, garantindo-se a necessária equidade entre todos os candidatos. Esta é uma lição do conhecido por todos operadores do Direito, do Professor José Afonso da Silva, no seu livro Curso de Direito Constitucional Positivo. E pretende-se com acolhimento da presente propositura coibir que pré-candidatos ou candidatos ocupantes de cargo de livre nomeação pela Diretoria utilizem da gestão do Clube para promoção de seus projetos pessoais de seus ascendentes, descendentes e cônjuges por meio de programas, ações, projetos e propagandas custeadas ou promovidas no/ou pelo Clube. Importante notar que a proposta que ora submeto ao Conselho não se trata de uma invenção tampouco um casuísmo, o efeito trata-se de uma medida já adotada em também renomados clubes brasileiros, como é o caso do Club Athletico Paulistano, em que consta em seu Estatuto Social, aprovado em 2019, no Art. 54, parágrafo 2º. E também no Clube Paineiras do Morumbi, no seu Estatuto Social, aprovado em 2021, o Art. 122, alínea “a”, item 1. E também já há muito tempo previsto no nosso ordenamento jurídico em vigor. Além disso, é de destacar a consonância desta propositura às melhores práticas ESG, que ainda não são levadas em consideração neste Clube, mas em breve, eu não tenho dúvida nenhuma que será. Então, portanto, e agora já para concluir, eu submeto a presente propositura ao conhecimento deste Conselho, para proporcionar eleições ainda mais equilibradas e justas, no sentido de coibir o indesejado uso da máquina para determinado associado e/ou grupos de associados, chapa eleitoral, bem como promover a atualização necessária ao ordenamento jurídico eleitoral do Esporte Clube Pinheiros, tudo em estrita observância aos legítimos interesses de todo quadro associativo do nosso glorioso Esporte Clube Pinheiros e, óbvio, da legislação pátria em vigor. Era isso que eu tinha. Muito obrigado, Sr. Presidente.

...

Cândido Padin Neto – Eu só queria parabenizá-lo por essa e é o nosso pensamento em conjunto. Obrigado.

Alóisio Bueno Buoro – ... Vários temas já foram tratados aqui, não vou me estender nesses temas, vou abrir um pedaço daquilo que já abri no meu primeiro comentário original, sobre a PO que iremos analisar mais em um, dois meses, alguma coisa assim. E a requisição, Sr. Presidente, é sobre o processo de

elaboração da PO, a maneira como a PO é feita, é absolutamente fundamental que a gente entenda a maneira como ela é feita para que não caia mais na história e na propositura de alternativas de execução da PO ao longo do ano, que não se cumprem ao longo do ano. No ano passado foi feita uma propositura dessa forma pela atual Diretoria que não se cumpriu ao longo deste ano. E não têm formas de a gente cobrar, não têm formas de a gente fazer isso acontecer, então, a proposta é que antes que a PO seja apresentada, que seja apresentada a maneira como foi discutida a PO pela Diretoria. Essa é a minha proposta, era isso que tenho a dizer. Muito obrigado.

Luciane de Camargo Mello – ... Vim aqui apenas renovar, como não fui sorteada na Voz do Conselheiro, a fala do meu colega Sérgio Sá, falando que tinha me manifestado no dia 24 de maio deste ano sobre o pedido para a Diretoria dar prévia inscrição nas modalidades de areia. Então, já faz três meses. Não sei se estou enganada, mas o Art. 37, do Regulamento Geral concede à Diretoria 30 dias para responder. E que eu saiba é uma reunião por mês. Então, o que renovo, assim, eu acho um descaso, não foi um pedido, foram dois, já faz muito tempo, inclusive à época Dr. Manssur era o Presidente, falou que “iria pessoalmente falar com a Diretoria, que estava se encaminhando” e, assim, já foi da resolução do ano passado. Ou seja, já faz oito meses que já era para ter começado. Não entendo por que essa dificuldade. E continuam os problemas lá, o verão está quase chegando, nós estamos no inverno, mas o verão está aí e vai multiplicar uma coisa tão simples, que é uma inscrição. Não precisa de catraca, licitação. Essa história de licitação que se escuta, né, que não recebi uma linha da Diretoria falando, mas o que se escuta “Na catraca”. Não tem nada a ver com catraca, foi o que o Sérgio falou, é uma inscrição, um controle. Continua sem ter. E acho, assim, desculpe-me, mas um desprezo total, um descaso com o Conselho. Sei que a Diretoria tem muitas coisas importantes, têm muitas coisas para fazer. Não sei se tem uma ordem de prioridade, eu acredito que tenha na área administrativa pessoas que consigam fazer isso e dar cabo para requisições que são do Conselho. Então, é quase implorando, não sei quem pode ajudar, se o senhor pode fazer alguma coisa, para ter uma resposta para ver se consegue se colocar em prática isso, porque não entendo o tamanho dessa dificuldade. Muito obrigada. Boa noite.

Paulo Sérgio Machado Izar – ... Vou aproveitar os ganchos desse último pronunciamento e de uma fala senão me engano do Luís Sousa da reunião passada, a respeito da forma de gestão de algumas Diretorias e Diretorias Adjuntas do Clube. Talvez, não estou afirmando, mas é uma possibilidade, a trava esteja justamente na necessidade de termos Diretores Adjuntos ou Diretores de área tendo que dar a última palavra para tudo. É uma possibilidade, isso talvez esteja travando todo o processo. Com relação à fala do Luís na reunião anterior, salvo engano ele disse que nós precisamos enaltecer e valorizar os profissionais do Clube. Nós temos aqui vários bons profissionais e cito em particular o pessoal do Patrimônio, que está aqui agora, que faz um excelente trabalho, fica nas reuniões até o final, diferentemente de vários Conselheiros que foram eleitos, deveriam representar os associados e vão embora. Nós tivemos 139 Conselheiros votando

no 1º item da Ordem do Dia; 110 no último e agora sobraram quantos aqui, vinte, trinta no máximo; é muito triste. Bom, já, aproveitando tudo isso, nós temos uma situação – Eu tinha vários itens para comentar na Voz do Conselheiro, mas não fui sorteado – Então, eu vou me ater a uma ocorrência do Fitness, cuja Diretoria também já vai se estendendo há muitos anos e nesse período todo o Fitness passou por uma ampliação. Esta Diretoria, antigamente era dividida – Posso falar porque fazia parte – era dividida entre Bike Indoor e Fitness, hoje está tudo concentrado numa pessoa só, que é centralizadora. A figura da coordenação do Fitness foi banida, não temos mais, havia uma coordenadora, esse posto não existe mais, organograma. Então, fica tudo concentrado na mão de uma pessoa só. Hoje de manhã todas as televisões estavam sintonizadas em canais de esporte, passando programas de VTs, todos. Alguns de entrevista e resenha de futebol, que você não consegue entender o que está acontecendo porque não tem legenda. Perguntei por quê? Disseram que era por causa de briga política, porque alguns associados reclamavam que estava na TV Jovem Pan, que é de direita; outros da Globo, que é de esquerda. Ou seja, porque tem três, quatro, cinco pessoas que reclamam do canal de televisão, bane-se noticiário das TVs do Fitness. Não sei a razão disso, você prejudica 99% em detrimento de 1%. E se alguém estiver sendo grosseiro ou coisa pior, que sofra as sanções devidas. Também dentro do Fitness, a Bike Indoor, recentemente foram adquiridas bicicletas novas. Foi formada uma Comissão não sei com qual critério e foram compradas bicicletas novas com alegação de que essas bicicletas não dariam mais problema. Essas bicicletas estão com problema há pelo menos duas semanas e a previsão era de tentar arrumar esta semana. Não são todas, são algumas. Também passou por uma alteração nas equipes de limpeza e por não termos uma coordenadora fica meio que ao Deus dará, cada um limpa de um jeito. Já faz meses que venho reclamando da qualidade da limpeza. Hoje outra vez aconteceu igual e dizem que a culpa é da terceirizada ou é do funcionário da noite anterior, que não tomou conta do que deveria ter tomado e por isso prejudicou a turma da manhã. E o associado é que paga o pato. Com relação ao Fitness é isso, eu acho que deveria ter um olhar atento, porque é um setor super frequentado dentro do Clube. Eu tenho – Não sei se aconteceu com vocês – mas tenho recebido meus boletos mensalmente com atraso. Entrei em contato com a central de atendimento do Clube e questionei o motivo. Eles disseram que os boletos são enviados com muita antecedência. O meu cartão de crédito fecha 10 dias antes do vencimento e sempre recebo o boleto do meu cartão de crédito antes do vencimento. O do Clube fecha 20 dias antes do vencimento e nunca recebo na data. Antigamente nós recebíamos um carnezinho, porque o valor não muda, então, vinham quatro boletos de uma vez só e nós nos programávamos para pagar. Tem gente que prefere pagar com papel, tem gente que prefere DDA, enfim, cada um trabalha de uma forma, inclusive tem uma economia de custo, porque isso é enviado pelos Correios e tem custo. Por que não continuar mandando os boletos em carnezinho de lotes de três ou quatro? Ou existe algum estudo que diz que quando manda carnê o associado paga o primeiro e não paga os outros? Gostaria de entender o motivo. Por hoje é só, o resto deixarei para a próxima reunião. Obrigado.

Paulo Roberto Antunes (pronunciamento apresentado por escrito, durante a reunião) – “SP 29/08/2022 – Item Várias – Ofícios com protocolos nºs: 1232 de 06/06, 1296 de 22/06, 1305 de 29/06 e 1388 de 29/06 – Sem resposta até a presente data – Representação nº 193154 de abril 2022 contra o Conselheiro Vitalício Antonio Moreno neto – arada na Diretoria Jurídica. Representação nº 198 668 contra o funcionário Chefe de Segurança “Andrade” onde relatei e denunciei o uso de maconha na Festa Junina ao lado da minha mãe e sócia de 83 anos e o mesmo além de debochar da minha denúncia NADA FEZ e a Representação foi arquivada como dito na data de hoje pelo funcionário Carlos da Ética que me alegou ter enviado um ofício para meu endereço SEM o devido AR e que tal ofício se encontra arquivado fora do Clube.”

ENCERRAMENTO

Presidente – Informou o número de Conselheiros que compareceram à reunião e deu por encerrados os trabalhos aos dezesseis minutos do dia 30/08/2022.

* * *

Obs: *esta Ata foi integralmente aprovada na 738ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 26 de setembro de 2022.*

GUILHERME DOMINGUES DE CASTRO REIS
Presidente do Conselho Deliberativo

BERENICE GAZONI
Primeira Secretária do Conselho Deliberativo

mlf